

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL
- PLAGEDER**

IVANIR TERESINHA SIQUEIRA WAGNER

O PRONAF MAIS ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE QUARAÍ / RS.

**Quaraí – RS
2011**

IVANIR TERESINHA SIQUEIRA WAGNER

O PRONAF MAIS ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE QUARAÍ/RS

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato.

Co-orientador: Msc. Ieda Cristina Alves Ramos

Quaraí - RS

2011

IVANIR TERESINHA SIQUEIRA WAGNER

O PRONAF MAIS ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE QUARAÍ/RS

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado com Conceito (_____)

Prof. Dr. Marcelo Antônio Conterato
UFRGS

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva
UFRGS

Msc. Ieda Cristina Alves Ramos
UFRGS

Quaraí (RS), 10 de Agosto de 2011.

Dedico este trabalho aos meus pais, Olga e João (in memoriam), que souberam me guiar para o caminho do bem junto aos ensinamentos de Deus.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por me dar forças para vencer mais esta etapa em minha vida sempre me iluminando e guiando meus passos.

Aos meus familiares e amigos pela compreensão das horas que deixei de passar com eles em decorrência das atividades de estudo.

Aos colegas, em especial o Gari, a Terezinha e a Aline, pela troca de experiência, ambiente de amizade e cooperação ao longo do curso.

A coordenação do Pólo, as tutoras e funcionários, sempre presentes em todos os momentos de minha vida acadêmica, me motivando a chegar neste momento do curso.

Agradeço de maneira muito especial ao Professor Marcelo Conterato, meu orientador neste trabalho e as tutoras Fernanda Severo Nichele e Ieda Cristina Alves Ramos pelas orientações na realização de meu TCC.

Agradeço ao Professor Lovois, e agradecendo a ele estou agradecendo a todos os professores e tutores do curso PLAGEDER/UFRGS, por terem proporcionado este curso, que com certeza me engrandeceu como cidadã atuante e preocupada com o desenvolvimento rural da minha região.

E por último, mas com certeza um dos mais importantes, é o agradecimento aos agricultores familiares, aos funcionários da EMATER de Quaraí, especialmente a Neli Piccinin, a Betinha e ao agrônomo Rafael, ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quaraí, a funcionária da agência do Banco do Brasil responsável pelo crédito rural pela disponibilidade em me receberem e fornecerem as informações solicitadas para realização deste trabalho de conclusão de curso. Que Deus abençoe a todos.

Semeando organização

Alguns conhecimentos adquiridos
No curso de agricultura familiar
Aqui merecem ser redigidos
Pra no nosso dia a dia aplicar.

Chegamos à conclusão
Que precisamos organizar
Planejar custos de produção
E perceber onde podemos melhorar

A palavra de ordem é diversificar
E a monocultura esquecer
Se quisermos na agricultura continuar
E a partir dela com dignidade viver

Reduzir custos e inseticidas racionar
Respeitando o meio ambiente
Se possível, o intermediário afastar
Para ampliar ganhos pra gente.

Estar atento às tecnologias
Sem esquecer cultura e tradição
Trabalhar em parceria
Que a força vem da organização.

Participar de entidades representativas
Exigindo empenho das autoridades
Unidos em sindicatos e cooperativas
Lutar pelas nossas necessidades.

A família devemos valorizar
A mulher, o jovem e a criança
Com união e trabalho prosperar
Passando da tempestade à bonança.

Gostar daquilo que fazemos
A nossa auto-estima elevar
Acreditar que somos capazes
E ter a vontade de mudar.

Para que tudo isso seja real
Precisamos de acesso a crédito e informação
E a soma de tudo isso, ao final
Será mais alimento saudável na mesa da população.

Claudio Francisco Rech, agricultor familiar de Carazinho.
(poesia feita na conclusão do curso para agricultores familiares,19/06/2006

RESUMO

Tendo por objetivo analisar o uso que os agricultores familiares fazem dos recursos do PRONAF Mais Alimentos nas suas unidades de produção familiar no município de Quaraí /RS buscou-se verificar primeiramente como os agricultores familiares utilizam esses recursos disponibilizados, em segundo lugar analisar as dificuldades que os mesmos enfrentam em relação as suas atividades produtivas na busca do Desenvolvimento Rural da sua região e por último comparar as entradas monetárias dos agricultores familiares, antes e após acessarem o PRONAF Mais Alimentos. Este TCC busca elementos para problematizar as formas de utilização dos recursos pelos agricultores familiares na busca de condições para se reproduzirem socialmente. Para isso utilizou-se a modalidade de estudo de caso onde foram usados os dados qualitativos gerados pelas entrevistas realizadas no município de Quaraí. Nos procedimentos metodológicos da pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com (5) agricultores familiares e (3) instituições públicas que trabalham no acesso ao programa e dados secundários. As conclusões demonstraram que a alocação do PRONAF Mais Alimentos é de suma importância para esses agricultores, pois apesar de encontrarem algumas dificuldades no acesso ao crédito e desenvolvimento de suas atividades produtivas elas são amenizadas com a utilização dos recursos do PRONAF Mais Alimentos. O PRONAF Mais Alimentos permite uma reestruturação das propriedades com tecnologias novas, capital de giro e entradas monetárias na propriedade auxiliando no Desenvolvimento Rural da região.

Palavras-Chave: PRONAF Mais Alimentos. Agricultura Familiar. Desenvolvimento Rural.

RESUMEN

Teniendo por objetivo analizar el uso que hacen los agricultores familiares de los recursos de lo “PRONAF Más Alimentos” en sus unidades de producción familiar en el municipio de Quaraí/RS. Hemos verificado primeramente como lo agricultores utilizan esos recursos disponibles. En segunda parte, analizar las dificultades que los mismos enfrentan con relación a sus actividades productivas en busca del desarrollo rural de su región y por ultimo comparar los ingresos monetarios de los agricultores familiares antes y antes y después de acceder el “PRONAF Más Alimentos”. El TCC busca elementos para problematizar las formas de utilización de los recursos de por los agricultores familiares en busca de condiciones para que haya un desarrollo social. Para eso se utilizo la modalidad de estudios de casos donde fueron usados los datos cualitativos generados por las entrevistas realizadas en el municipio de Quaraí. En los procedimientos y métodos del estudio fueron hechas entrevistas semiestructuradas con (5) agricultores familiares y (3) instituciones publicas que trabajan en contacto con el programa y otros datos secundarios. Las conclusiones demuestran que el proyecto “PRONAF Más Alimentos” es de suma importancia para esos agricultores pues, a pesar de encontraren algunas dificultades en el acceso al crédito y al desenvolvimiento de sus actividades productivas ellas son amenizadas con la utilización de los recursos del “PRONAF Mas Alimentos”. El “PRONAF Más Alimentos” permite una reestructuración de las propiedades con tecnologías nuevas, capital de giro y ingresos monetarios auxiliando en el desarrollo rural de la región.

Palabras clave: PRONAF Más Alimentos, Agricultura Familiar e Desarrollo Rural.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BANRISUL	Banco do Estado do Rio Grande do Sul
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DNTR	Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais
EMATER/RS	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAMURS	Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FEE	Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MCR	Manual do Crédito Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OOO/OGU	Operação Oficial de Crédito do Orçamento Geral da União
PAA	Programa da Aquisição de Alimentos
PGPAF	Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIPAF	Selo de Identificação da Agricultura Familiar

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Caracterização dos agricultores que se enquadram no PRONAF.....	26
Quadro 2: O PRONAF mais alimentos, enquadramentos e finalidades.....	31
Quadro 3: Condições Operacionais do PRONAF Mais alimentos.....	32
Figura 1: Localização do município de Quaraí	34
Figura 2: Mapa da divisão administrativa do município de Quaraí- RS.....	36
Figura 3: Trator TL 75 New Holland adquirido através do PRONAF Mais Alimentos.	42
Figura 4: Ordenhadeira adquirida através do PRONAF Mais Alimentos.....	44
Figura 5: Resfriador adquirido através do PRONAF Mais Alimentos	45
Figura 6: Aquisição de novilhas de corte através do PRONAF Mais Alimentos.....	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição Regional dos Recursos do PRONAF	27
Tabela 2: Evolução do Número de Contratos Firmados por Ano Safra - Brasil.(94/95 a 09/10).	28
Tabela 3: Evolução do Volume de Créditos Aplicados ou Disponibilizados por Ano Safra (95/96 a 09/10).....	28
Tabela 4: População urbana e rural do município de Quaraí.....	39
Tabela 5: Recursos do PRONAF Mais Alimentos concedidos aos agricultores familiares de acordo com o nº de contratos, finalidade e montante (R\$) no ano de 2009, em Quaraí/RS. ...	41
Tabela 6: Recursos do PRONAF Mais Alimentos concedidos aos agricultores familiares de acordo com o nº de contratos, finalidade e montante (R\$) no ano de 2010, em Quaraí/RS. ...	43
Tabela 7: Recursos do PRONAF Mais Alimentos concedidos aos agricultores familiares de acordo com o nº de contratos, finalidade e montante (R\$) no ano de 2011, em Quaraí/RS. ...	45
Tabela 8: Entradas monetárias antes de acessar o PRONAF Mais Alimentos - propriedade N° 1 (safra 2008/2009)	47
Tabela 9: Entradas monetárias após acessar o PRONAF Mais Alimentos – propriedade N° 1 (safra 2009/2010).....	48
Tabela 10: Entradas monetárias antes e depois de acessar o PRONAF Mais Alimentos propriedade N° 2	50
Tabela 11: Entradas monetárias antes de acessar o PRONAF Mais Alimentos - propriedade N° 3 (safra 2008/2009)	51
Tabela 12: Entradas monetárias após acessar o PRONAF Mais Alimentos - propriedade N° 3 (safra 2009/2010).....	52
Tabela 13: Entradas monetárias antes e depois de acessar o PRONAF Mais Alimentos- propriedade N° 5	53

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 A AGRICULTURA FAMILIAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: O PAPEL DO ESTADO.....	15
2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITO, IMPORTÂNCIA E LEI	15
2.2 A AGRICULTURA FAMILIAR E O PAPEL DO ESTADO.....	18
2.3 AGRICULTORES FAMILIARES E O PRONAF: HISTÓRICO, LINHAS, EVOLUÇÃO (VALORES, RECURSOS, CONTRATOS)	22
2.4 O PRONAF MAIS ALIMENTOS	29
3 O PRONAF MAIS ALIMENTOS E O MUNICÍPIO DE QUARAÍ	33
3.1 O MUNICÍPIO DE QUARAÍ: LOCALIZAÇÃO, CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS.....	33
3.2 A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO PRONAF MAIS ALIMENTOS EM QUARAÍ	40
4 O PRONAF MAIS ALIMENTOS: ENTRADAS MONETÁRIAS E DIFICULDADES ENCONTRADAS.....	47
4.1 ENTRADAS MONETÁRIAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES QUE ACESSAM O PRONAF MAIS ALIMENTOS EM QUARAÍ.	47
4.1.1 Propriedade N° 1	47
4.1.3 Propriedade N° 3.....	51
4.1.4 Propriedade N° 4.....	52
4.1.5 Propriedade N° 5.....	53
4.2 DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES DE QUARAÍ QUE ACESSAM O PRONAF MAIS ALIMENTOS E O DESENVOLVIMENTO RURAL	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	66
APÊNDICE A.....	70
APÊNDICE B.....	72
APÊNDICE C	75
APÊNDICE D	77
APÊNDICE E.....	78
ANEXO A.....	80

1 INTRODUÇÃO

O recente reconhecimento da agricultura familiar no Brasil como uma categoria social no final dos anos 90, fez com que esse interesse se materializasse em Políticas Públicas favoráveis a mesma com função importante no seu fortalecimento e valorização, mas é necessário que os agricultores conheçam essas políticas, tenham acesso e delas se apropriem para o desenvolvimento de suas atividades. (FERREIRA et al., 2008).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, s/d) a Agricultura Familiar é responsável pela produção dos principais alimentos consumidos pela população, sendo 84% da mandioca, 67% do feijão, 54% do leite, 49% do milho, 40% de aves e ovos, 58% dos suínos. A agricultura familiar representa a maioria dos produtores rurais no Brasil correspondendo a 84% dos estabelecimentos rurais, ocupa 77% da mão-de-obra no campo. O segmento tem 20% das terras brasileiras e responde por 30% da produção nacional. (BRASIL, s/d, p.39).

Como consequência de lutas dos movimentos sociais do campo foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996 representando um marco histórico tanto para os governos como para os agricultores familiares. Através deste programa é possível a obtenção de vários tipos de financiamentos de acordo com a atividade que vai ser explorada, como por exemplo: PRONAF Jovem, PRONAF Mulher, PRONAF Agroindústria, Agroecologia, PRONAF Floresta, PRONAF Cota- Parte, PRONAF Custeio de Agroindústrias Familiares e de Comercialização de Agricultura Familiar, Microcrédito Rural, PRONAF Semi- Árido, PRONAF Eco.

Este trabalho trata da utilização de uma linha específica do PRONAF: “o PRONAF Mais Alimentos” pelos agricultores familiares do município de Quaraí/RS sendo uma das linhas de crédito mais utilizada atualmente no município de Quaraí desde sua criação em julho de 2008, segundo o engenheiro agrônomo do Escritório da EMATER de Quaraí/RS. Esta linha de crédito foi criada com o objetivo de destinar recursos para investimentos em infraestrutura da propriedade rural.

O trabalho discute as formas que os agricultores familiares estão utilizando os recursos do PRONAF Mais Alimentos. Torna-se necessário problematizar a real capacidade dos recursos disponibilizados pelo PRONAF Mais Alimentos em prol dos agricultores familiares do município de Quaraí da seguinte maneira: Como O PRONAF Mais Alimentos é utilizado pelos agricultores familiares do município de Quaraí? Os recursos disponibilizados estão transformando-se efetivamente em uma das ferramentas de desenvolvimento rural,

auxiliando a reprodução social e material dos agricultores a partir da utilização expressa dos projetos financiados?

O presente estudo tem como objetivo geral analisar o uso que os agricultores familiares fazem dos recursos do PRONAF Mais Alimentos nas suas unidades de produção familiar. Como objetivos específicos primeiramente busca verificar como os agricultores familiares utilizam os recursos disponibilizados pelo PRONAF Mais Alimentos em suas unidades de produção agrícola. Em segundo lugar comparar as entradas monetárias dos agricultores familiares, antes e após acessarem o PRONAF Mais Alimentos. E por último lugar analisar as dificuldades que os agricultores familiares enfrentam em relação a sua atividade produtiva e também ao acesso ao PRONAF Mais Alimentos na busca do Desenvolvimento Rural da sua região.

Para a realização deste estudo foi escolhido o município de Quaraí/RS, conforme localização apresentada no anexo A, situado na Região Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, tradicional região de pecuária extensiva onde se destaca a produção de ovinos e bovinos de corte e na agricultura a lavoura de arroz, onde existe um grande número de pecuaristas familiares. Mas a Região da Fronteira Oeste é afastada do resto do Estado o que dificulta a inserção em uma economia mais especializada e globalizada. São necessárias ações governamentais que impulsionem o desenvolvimento regional (projetos, créditos). O Estado é o principal agente para o Desenvolvimento Rural, tem um papel importante no sentido de atuação com políticas públicas que melhorem a infraestrutura da região evitando assim a geração de deslocamentos para as regiões desenvolvidas e empobrecimento dos grandes centros. Somente com a revalorização da sociedade rural através da sustentabilidade da agricultura familiar tanto social, espacial, cultural, econômica e ecológica estarão sendo melhoradas as condições econômicas da região (MENEGETTI, 2011).

Visando atingir os objetivos propostos neste trabalho realizou-se a pesquisa da seguinte maneira: quanto à abordagem: qualitativa para aprofundar a compreensão do problema local; quanto à natureza: pesquisa aplicada porque envolvem verdades e interesses locais; quanto aos procedimentos: estudo de caso; quanto aos objetivos: exploratória, onde segundo Gil (2007) apud Gerhardt; Silveira, (2009, p.35) buscam proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas que tiveram experiências com o problema pesquisado. Gil (1994) esclarece que a exploração do fenômeno tem como objetivos desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias.

Foram convidados a colaborar na pesquisa cinco agricultores familiares do município de Quaraí que aderiram ao PRONAF Mais Alimentos, escolhidos de forma que representassem a diversidade de produção sendo: um leiteiro, dois produtores de arroz, dois pecuaristas familiares, o agrônomo da Emater-Ascar/RS, o funcionário do Banco do Brasil responsável pelo crédito rural e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Quaraí. É importante ressaltar que no município de Quaraí/RS existem 300 famílias de agricultores familiares sendo que destas 260 já acessaram alguma linha de crédito do PRONAF e somente 54 famílias acessaram, até junho de 2011, o PRONAF Mais Alimentos representando 18% do total de agricultores familiares quaraíenses. (EMATER, 2011).

A coleta de dados realizou-se com pesquisas qualitativas através de pesquisas bibliográficas em livros, revistas, pesquisas eletrônicas e entrevistas (questionários com questões semiestruturadas, objetivas e subjetivas) através de visitas a cinco proprietários rurais do município de Quaraí/RS que aderiram ao PRONAF Mais Alimentos, o engenheiro agrônomo da EMATER- escritório Quaraí, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Banco do Brasil na segunda quinzena do mês de abril de 2011, totalizando oito entrevistas. Analisou-se o discurso dos produtores familiares e as entrevistas. Procurou-se descrever os dados mais relevantes da amostra e através da análise do conteúdo foi executado o trabalho de forma qualitativa e de acordo com os objetivos propostos. As entrevistas com produtores e órgãos públicos serão guardadas em sigilo estabelecendo uma relação de confiança entre entrevistados e pesquisadora.

Há muitas razões que me levam a realizar este trabalho de conclusão de curso: a importância da Agricultura Familiar para o crescimento da economia e melhoria das condições de vida do povo brasileiro, a importância de Políticas Públicas para seu fortalecimento e valorização, pelo PRONAF Mais Alimentos ser uma linha nova de crédito, somente acessada em 2009 no município de Quaraí e não ter estudo sobre o mesmo no município, entre outras.

Uma, em especial, eu, filha de agricultores familiares (meu pai era policultor e minha mãe pecuarista familiar) com 112 ha de terras e que utilizaram esse crédito para investimento em sua unidade de produção agrícola e de acordo com o projeto planejado. Hoje, eu, professora estadual, pecuarista familiar estou excluída desse tipo de crédito por conta da renda não ser 70% proveniente da agricultura familiar, para alavancar o desenvolvimento rural ou continuar com atividades no campo. Não penso em me desfazer da propriedade onde meus pais, consumindo vida e saúde, tiraram dela o sustento e conseguiram dar estudo às duas

filhas. Uma cursou Administração Rural, hoje é proprietária de uma pequena empresa e segue também o trabalho herdado de seus pais e, eu que cursei Biologia e Matemática somente com a renda da agricultura familiar. E hoje aprimoro meus conhecimentos neste maravilhoso curso, voltado para o desenvolvimento rural sustentável.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: no segundo capítulo será apresentado o referencial teórico segundo o pensamento de alguns autores que tratam sobre o assunto. O terceiro e quarto capítulos apresentam os resultados do estudo de caso e o quinto as considerações finais.

2 A AGRICULTURA FAMILIAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: O PAPEL DO ESTADO

Este capítulo apresenta o referencial teórico que fundamenta este trabalho de conclusão de curso. A 1ª seção conceitua a agricultura familiar, destaca sua importância para a economia do País e melhoria das condições de vida do povo brasileiro bem como as normativas da lei referente à mesma. A 2ª seção aborda a importância do Estado na formulação de Políticas Públicas voltadas para o Desenvolvimento Rural, principalmente dos agricultores familiares na busca de condições mínimas e necessárias de sobrevivência, reprodução social e material de suas famílias no seu “habitat natural”¹. A 3ª seção aborda o PRONAF como política pública voltada para a agricultura familiar, bem como seu histórico, linhas e mudanças ocorridas ao longo dos anos. A 4ª seção aborda especificamente a linha PRONAF Mais Alimentos objeto de estudo desta monografia.

2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITO, IMPORTÂNCIA E LEI

Existem diferentes conceitos para a agricultura familiar, mas todos eles destacam que a mão-de-obra utilizada em nível de unidade de produção é exercida predominantemente pela família. Neste trabalho destacam-se os conceitos de Conti (2006) e o da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Conforme glossário do documento da Política Nacional da ATER, 2007:

Considera-se "agricultura familiar" aquela em que os trabalhos em nível de unidade de produção são exercidos predominantemente pela família, mantendo ela a iniciativa, o domínio e o controle do *que* e do *como* produzir, havendo uma relação estreita entre o que é produzido e o que é consumido (ou seja, são unidades de produção e consumo), mantendo também um alto grau de diversificação produtiva, tendo alguns produtos relacionados com o mercado. O conceito de Agricultor (a) Familiar subentende: agricultores familiares tradicionais, famílias assentadas por programas de Reforma Agrária, extrativistas florestais, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, pescadores artesanais e outros beneficiários dos programas do MDA. (ATER, 2007).

Neste conceito fala-se da importância da agricultura familiar na diversificação produtiva tanto para o consumo da própria família como na produção de alimentos para a população.

O segundo conceito de agricultura familiar como categoria produtiva a ser mencionado neste trabalho é o de Conti (2006) que considera os seguintes critérios:

¹ Local onde nasceu cresceu, ou seja, nesse caso a zona rural.

- a) Não deter área maior que quatro módulos fiscais (Unidade- padrão para todo o território brasileiro).
- b) Utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu empreendimento.
- c) Ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento.
- d) Dirigir o estabelecimento ou empreendimento com auxílio de pessoas da família.

A definição de Conti (2006) limita a área de terras a quatro módulos fiscais por produtor para se enquadrar como agricultor familiar. Relacionando esse critério ao município de Quaraí onde cada módulo fiscal corresponde a 28 hectares são considerados agricultores familiares aqueles que possuem até 112 hectares de terra no município.

Existem várias razões para destacar a importância da agricultura familiar para o Desenvolvimento Rural do País visto que ela representa a maioria dos produtores rurais no Brasil. São cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos dos quais 50% no Nordeste. O segmento tem 20% das terras e responde por 30% da produção global. Em alguns produtos básicos da dieta brasileira como feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca, e pequenos animais chegam a ser responsável por 60% da produção. A inserção no mercado ou no processo de desenvolvimento depende de tecnologia e condições político-institucionais, representadas pelo acesso a créditos, informações organizadas, canais de comercialização, transporte, energia. Em virtude do mercado por si só não conseguir cumprir de maneira adequada algumas funções econômicas importantes, existe a necessidade da intervenção do Estado. Uma dessas políticas do atual governo para a inclusão social é o incentivo a agricultura familiar. (PORTUGAL, 2004).

Além disso, segundo Conti et al. (2006, p. 237), “a agricultura familiar mantém no campo milhões de pessoas que seguiriam para as grandes cidades em busca de trabalho e emprego”. Também, são os agricultores familiares os principais responsáveis pela manutenção da biodiversidade dos recursos hídricos e das riquíssimas manifestações da cultura nacional sob as mais diversas formas.

Para Conti et. al. (2006, p. 237), “em 2003, o valor gerado pelas cadeias produtivas de agricultura familiar correspondeu a 38% da produção agropecuária do país, ou 10% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). Traduzindo em números absolutos, uma participação de R\$ 156 bilhões”.

Apesar da grande importância da agricultura familiar, enquanto sujeito de desenvolvimento, a mesma está em processo de tornar-se mais resistente, pois é nesse tipo de agricultura que existe relação íntima entre trabalho e gestão, com ênfase na diversificação da produção (integração de policultivo manejando além de diversas espécies agrícolas, muitas variedades de cada uma delas, com criação de diversas espécies de animais e com o uso múltiplo de plantas nativas). (CONTI, 2006).

Por essa razão, a Agricultura Familiar desempenha papel fundamental para o crescimento da economia e da melhoria das condições de vida do povo brasileiro. As Políticas Públicas exercem função importante no seu fortalecimento e valorização, mas é necessário que os agricultores conheçam essas políticas, tenham acesso e delas se apropriem para o desenvolvimento de suas atividades. (FERREIRA et.al, (2008). O seu fortalecimento e valorização dependem de um conjunto de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que devem ser articulados por diversos atores e instrumentos. O órgão governamental responsável pelas políticas públicas voltadas à agricultura familiar é o MDA, em particular, a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). (CONTI, 2006).

A agricultura familiar vem para alterar o atual modelo que prioriza a agricultura intensiva de escala ou modelo de desenvolvimento da agricultura baseado no agronegócio, destacado na época da Revolução Verde, pois busca geração de empregos, capacidade de compatibilizar produção com autoconsumo e para o mercado, melhoria das condições das famílias rurais e diversificação das atividades com grande capacidade de assumir a proteção ambiental, na manutenção da diversidade cultural e da biodiversidade, além de enorme capacidade de dinamização das economias locais.

Apesar da grande importância da agricultura familiar a mesma ainda enfrenta desafios como: descapitalização, empobrecimento, depreciação do preço dos grãos colocando-se no campo da disputa com outros setores produtivos, principalmente com o agronegócio, da renda da agricultura familiar, reconstrução da maneira de pensar e trabalhar a agricultura buscando uma perspectiva de sustentabilidade e equidade social, domínio do processo produtivo, ou seja, os agricultores devem estar inseridos nas diversas etapas da cadeia produtiva, extrapolando a fase da produção e venda in natura, adquirindo condições de agregar valor, como a transformação e beneficiamento da matéria-prima, gestão e comercialização da própria produção. (CONTI, 2006)

Embora que os dados acima demonstrem a grande importância da agricultura familiar segundo Denardi (2002), até 1993, nem o próprio termo agricultura familiar era utilizado. Somente através da Lei nº 11326/ 2006, ou seja, Lei da Agricultura foi classificada os tipos de

agricultura brasileira em: patronal e familiar. E essa mesma lei, conforme Conti (2006) estabelece a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e reconhece esse setor como categoria produtiva. (CONTI, 2006).

A introdução dessa noção de agricultura familiar foi importante, pois, a partir dela a agenda governamental foi alterada para criar programas específicos para o setor com ações e políticas voltadas para o campo.

2.2 A AGRICULTURA FAMILIAR E O PAPEL DO ESTADO

O final do século XX é marcado pela formação de monopólios resultando em um controle da oferta e um aumento de preços de produtos levando a concentração de renda. Isso tudo resultado do modelo econômico e agrícola implantado até então, que acarretou inúmeros problemas como: preços agrícolas em queda e oscilação constante, concentração da produção em poucos produtos (commodities para exportação), endividamento crescente de quase todos os setores produtivos do setor agropecuário, depreciação de patrimônio e crise de setores importantes da agricultura, empobrecimento dos agricultores, principalmente dos familiares, agravamento da concentração fundiária entre outros. Por isso, no século XX o Estado passou a intervir na economia promovendo o desenvolvimento, corrigindo as distorções de mercado, criando poupança forçada, garantindo a distribuição de renda mais igualitária á medida que permitia uma igualdade político-partidária entre a classe trabalhadora e a classe capitalista. (SILVA; SOUZA, 2009)

Nesse contexto, o Estado exerce influência decisiva nas atividades econômicas de uma sociedade em decorrência da ineficiência do livre mercado na visão Keynesiana sendo participante ativo das decisões de forma a garantir crescimento do emprego, da renda, estabilidade de preços e do bem - estar social. Keynes defende um capitalismo com democracia, em que são atendidas as demandas sociais dos trabalhadores, com preservação da propriedade privada dos meios de produção. À medida que cresce a economia de mercado há um aumento nas políticas públicas do Estado para equilibrar todo o sistema, melhorando assim a vida de toda sociedade. (SILVA; SOUZA, 2009).

Conforme Leal (1990, p. 8), o Welfare State², Estado do bem-estar social resultante do pensamento keynesiano:

² Participação efetiva do Estado na economia fornecendo serviços sociais que permitiriam o bem-estar geral. (SILVA; SOUZA, 2009. pág. 9)

Desempenha funções fundamentais: de um lado, retirando do campo da luta de classes o conflito político, através da satisfação das necessidades da classe operária e da promoção dos meios para seu atendimento de forma coletiva. De outro, propiciando uma maior regularidade ao processo de produção, afastando-o dos conflitos na produção, dando uma maior estabilidade à economia através da desconexão entre mudanças na demanda efetiva e no emprego.

O Estado na visão keynesiana deve ser promotor do crescimento econômico com distribuição de renda, tendo uma ação mais efetiva, promovendo políticas de incentivo à demanda agregada, de maneira a evitar crises que venham a ampliar o desemprego e a desigualdade social. A promoção da economia deve ser baseada no Estado, capital e trabalho. Essa visão de Estado parece ser visível nos dias de hoje, pois apesar de faltar muito a fazer nota-se um empenho do Estado Brasileiro de promover maior igualdade social através de políticas voltadas para os mais pobres.

Na segunda metade dos anos 80 ocorreram sucessivas crises quanto à disponibilidade de crédito e da queda de renda com isso os agricultores familiares do país em geral encontravam-se debilitados diante da nova conjuntura econômica e comercial (SCHNEIDER et al. 2004). Assim, na Constituição de 1988 os trabalhadores rurais já haviam começado a ter voz, ganharam destaque nas “Jornadas Nacionais de Luta” da primeira metade da década de noventa, que a partir de 1995 foram chamadas de “Grito da Terra Brasil”.

Em 1994, foi criado pelo governo Itamar Franco o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) que teve um efeito reles do ponto de vista dos recursos disponibilizados para os agricultores. A partir de 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, o PROVAP foi reformulado originando o PRONAF.

Na década de 1990, a agricultura brasileira estava afetada pelo processo de abertura comercial e desregulamentação de mercados. Nessa época o movimento sindical dos trabalhadores rurais ligados a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais e Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), especialmente dos três estados da Região Sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná passaram a organizarem-se e reivindicar pela chamada “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares, que seriam afetados pela abertura comercial da economia influenciado pela criação do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul). (SCHNEIDER et al., 2004)

Nesse mesmo tempo, estavam sendo realizados estudos pela FAO/INCRA que definem a agricultura familiar, estabelecem um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de políticas públicas adequadas às especificidades dos diferentes tipos de

agricultores familiares. (SCHNEIDER et al., 2004). Esses estudos serviram de base para as primeiras formulações do PRONAF.

A partir daí foi elaborado e instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF, em 1996, cuja institucionalização ocorreu através do Decreto Presidencial nº 1946, datado de 28/07/1996. Desse ano em diante, o PRONAF é a principal política pública do Governo Federal para apoiar os agricultores familiares. Entretanto, no ano de 1996, apenas as ações relativas ao crédito de custeio foram implementadas e que a ampliação para as áreas de investimentos, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, só ocorreu a partir de 1997, quando passou a operar em todo Brasil. (SCHNEIDER et al. 2004)

Segundo Denardi (2002), os planos e as políticas para a agricultura familiar devem englobar:

*Políticas de mercado (preços, comercialização, crédito):

*Políticas estruturais (uso da terra, extensão rural, infraestrutura, pesquisa tecnológica, recursos naturais e meio ambientes);

*Ações de apoio às políticas sociais, nas áreas de saneamento básico, educação, saúde, habitação, eletrificação, telefonia, transportes, lazer, etc (DENARDI, 2002, p.18)

Ainda, conforme Denardi (2002) o PRONAF é um tipo de política que está voltada para a sustentabilidade da agricultura familiar, pois incorpora as reivindicações dos agricultores por uma política agrícola, a consciência do potencial da agricultura familiar e a descentralização das políticas públicas, com a formação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. Assim, para ser eficaz uma política deverá estar baseada em um diagnóstico participativo sobre a realidade local. Só assim ela poderá atender às diversidades e particularidades regionais.

A afirmação social e política da agricultura familiar são demonstradas não somente pelo interesse de governantes, mas também de estudiosos, mais nem sempre foi assim, com a finalidade de produzir conhecimentos desse tipo de agricultores para a formulação de políticas que venham auxiliá-los no seu desenvolvimento, isso após muitas reivindicações e lutas dos movimentos rurais. (TOLEDO, 2009).

O Brasil vive um momento que não tem igual na sua história, pois através de um governo democrático e popular foi aberto o caminho para participação, criação e controle de políticas públicas com possibilidades concretas que fiquem a disposição da população, principalmente daqueles segmentos mais carentes e com dificuldades de inserção no processo de desenvolvimento. (Política Nacional da ATER, 2003).

Conforme Brasil (s/d) nesse marco de reconstrução do Estado democrático foram criadas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, que pudessem oferecer melhores condições de vida para o meio rural em várias modalidades, entre essas políticas temos:

a) Reformulação e ampliação do crédito rural PRONAF (beneficiários e atividades financiadas);

b) Reestruturação do Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural;

c) Seguro Agrícola e Garantia de Renda: referem-se a um conjunto de mecanismos que visam garantir condições mínimas de sobrevivência e de renda aos agricultores sujeitos a perdas de safra, principalmente contra oscilações e adversidades climáticas.

* SEAF- o Seguro da Agricultura Familiar foi constituído em 2004 visando cobrir perdas com eventos climáticos em todo o país, é atrelado ao crédito rural.

*PGPAF- o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar veio para proteger os agricultores familiares contra as oscilações de preços nos produtos comercializados, garantindo preços que cubram seus custos de produção (preços mínimos).

d) Apoio à comercialização:

*PAA- o Programa de Aquisição de Alimentos teve início em julho de 2003 e representa uma garantia de mercado para a agricultura familiar. Por meio desse programa o Governo Federal adquire, sem licitação, diretamente dos produtores, alimentos cujos preços não podem ser superiores aos mercados regionais.

*PNAE - o Programa Nacional de Alimentação Escolar visa fortalecer a economia local, teve início em janeiro de 2009. Neste programa no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo (FNDE) devem ser utilizados na compra, para alimentação escolar, de alimentos oriundos da agricultura familiar ou de suas organizações, desde que sejam compatíveis com os preços vigentes do mercado local e atendam as exigências do controle de qualidade.

* SIPAF - o Selo de Identificação da Agricultura Familiar é concedido a empresas, cooperativas ou associações, agricultores familiares para identificar seus produtos. Teve início em julho de 2009.

e) Diversificação produtiva e agregação de valor;

f) Direitos e cidadania- foram desenvolvidos alguns programas para redução das desigualdades e promoção de um desenvolvimento sustentável como: Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, Programa Arca de Letras, Plano Nacional de Combate à Violência no Campo, Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo. (BRASIL, s/d, cap. 7).

Observamos que as políticas públicas adotadas foram muito além da inclusão econômica, pois visam o acesso aos direitos sociais fundamentais do ser humano. Na parte econômica o PRONAF nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo excluídos das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo. Esse programa representa o marco histórico tanto para os governos como para os movimentos sociais do meio rural, pois até a década de noventa não existia nenhum tipo de política especial, com abrangência nacional, voltada para esse segmento social da agricultura. (SCHNEIDER et al., 2004)

O surgimento do PRONAF foi formulado como resposta do Estado às pressões do movimento sindical rural e representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social- os agricultores familiares- que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores familiares. (SCHNEIDER et al. 2004).

Ainda que se saiba que o crédito rural não é a única razão para o crescimento da produção agrícola, contribui muito para melhoria nos objetivos da macroeconomia. Para a efetivação de uma nova agricultura é preciso à formulação e implementação de políticas públicas específicas que articulem as preocupações sociais, com o meio ambiente e com a produção de alimentos saudáveis: reforma agrária, crédito, pesquisa, extensão rural, gestão e educação ambiental. (SILVA; SOUZA; ANDREATTA, 2009)

Vimos que somente a partir do final da década de 90 o Estado participou mais efetivamente da economia do País criando políticas públicas não só para a agricultura mais para o desenvolvimento local como um todo. O que se pode destacar que todas elas visam proporcionar a inserção social e dar oportunidades à classe trabalhadora para que todos os indivíduos tenham condições de melhorar a sua qualidade de vida desenvolvendo suas potencialidades nas suas regiões de origem.

2.3 AGRICULTORES FAMILIARES E O PRONAF: HISTÓRICO, LINHAS, EVOLUÇÃO (VALORES, RECURSOS, CONTRATOS)

Conforme Denardi (2002), até bem pouco tempo, a agricultura familiar no Brasil era considerada um segmento marginal e de pequena importância para os interesses da sociedade. Assim, durante muito tempo, não houve interesse na criação de políticas públicas para a mesma. Somente no final dos anos 80, com as discussões preparatórias para a Assembléia Geral

Constituinte onde foram fortalecidas as organizações e movimentos sociais essa idéia começou a mudar. Em 1989, quando era discutida a mudança na Constituição Federal, a CUT apresentou uma proposta de Lei Agrícola baseada no crédito para a Agricultura Familiar configurando uma demanda. O PRONAF nasceu dessa demanda dos agricultores familiares organizados, por intermédio da CUT e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). (DENARDI, 2002).

O PRONAF foi criado ainda no período do Real, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e tem obtido resultados significativos. Conforme a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) alguns desses resultados são:

1. Grande alcance do Programa, distribuído em todo o território nacional e cerca de dois milhões de famílias inseridas;
2. As mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais;
3. Alcance do público de mais baixa renda com cerca de 60% das operações alcançando os grupos de mais baixa renda;
4. Focalização dos subsídios aos mais descapitalizados e acesso as fontes do Sistema Nacional de Crédito Rural, além do OGU;
5. Baixa inadimplência (em torno de 2,5%)
6. Compartilhamento dos custos e do risco com o sistema financeiro e a União;
7. Dinâmica consolidada de construção dos Planos de Safra em parceria e diálogo com os movimentos sociais rurais (BRASIL, 2008).

Segundo Manoel José dos Santos, presidente da CONTAG, o PRONAF é um programa amplo que ouve os anseios das comunidades, pois:

O PRONAF não pode ser entendido como um programa de crédito de custeio e investimento. Ele é bastante amplo e tem nas suas diretrizes a proposta de trabalhar o processo de planejamento para o desenvolvimento rural. Esse é o sonho, é o início da discussão de um processo de abertura, para que o planejador não faça apenas um plano de gabinete a partir das suas idéias, mas possa se abrir para ouvir a comunidade. (SANTOS, 2010, p. 07)

Segundo Aleixo et al., (2007) até 1994 não havia no Brasil uma linha de crédito específica para a agricultura familiar. O pequeno agricultor disputava o crédito rural com o grande produtor levando uma grande desvantagem.

Em 1995 foi instituído o PRONAF, pela Resolução CMN/BACEN nº. 2.191 de 24/08/95 com a finalidade de conceder crédito de custeio e investimento na atividade produtiva familiar onde os beneficiários eram pequenos agricultores que apresentavam Declaração de Aptidão ao PRONAF e o limite de financiamento de projetos grupais ou coletivos era de R\$ 50.000 respeitando o limite individual de R\$ 10.000, as taxas de juros de 16% ao ano e rebate de 25%. (MDA, 2002)

No ano de 1996 foi criado o PRONAF pelo Decreto nº. 1.946 de 28/06/96 o qual apresentava algumas mudanças no texto legal, como redução da taxa de juros para 9% ao ano, limite de crédito de custeio de R\$ 5.000,00 de investimento de R\$ 15.000,00 por beneficiário individual e R\$ 75.000,00 para crédito coletivo, respeitando o crédito individual. (ALEIXO et al. 2007). Em 1997 as taxas de juros baixaram para 6,5%, alcançando hoje no máximo, 4%.

Segundo a Cartilha de acesso ao PRONAF 2010/2011 elaborada pelo SEBRAE, MDA e SAF o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, conhecido como PRONAF, é a principal política pública do Governo Federal para apoiar os agricultores familiares. Esse programa é executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem como objetivo o fortalecimento das atividades produtivas agrícolas ou não agrícolas geradoras de renda das unidades familiares de produção, com linhas de financiamento rural adequadas à sua realidade. Os recursos utilizados pelo crédito PRONAF originam - se de várias fontes. Dentre as principais fontes estão os fundos constitucionais, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), a Exigibilidade Bancária, a poupança rural e a Operação Oficial de Crédito do Orçamento Geral da União (OOC/OGU), sendo cada grupo de fonte responsável desde 2003 por 20%, 19%, 27%, 23% e 9% respectivamente, sendo operacionalizado pelos agentes financeiros que atuam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). (BRASIL, 2010).

O PRONAF foi criado com foco no desenvolvimento rural, o programa envolve instrumentos de mercado (como crédito e seguro) e aspectos estruturais (infraestrutura, pesquisa, educação). (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - do Brasil).

De acordo com a Cartilha de Acesso ao PRONAF 2010/ 2011 (P. 12 e 13) o mesmo pode ajudar a pagar despesas do dia-a-dia, fazer novos investimentos e aplicar recursos em cooperativas de produção. Os créditos podem se destinar a custeio, investimento ou integralização de cotas-partes de agricultores em cooperativas de produção. Vejamos abaixo:

I – Créditos de custeio: destinam-se aos financiamentos das atividades agropecuárias e não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização de produtos. Os créditos de custeio podem contemplar também verbas para:

- manutenção do beneficiário e de sua família;
- aquisição de animais destinados à produção necessária à subsistência;
- compra de medicamentos, agasalhos, roupas e utilidades domésticas;
- construção ou reforma de instalações sanitárias; e
- outros gastos indispensáveis ao bem-estar da família.

II – Créditos de investimento: esses créditos contemplam recursos para financiar:

- criação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, a exemplo de abatedouros, silos, casa de mel e outros;
- aquisição de equipamentos e de programas de informática voltados para a melhoria da gestão dos empreendimentos rurais e das unidades agroindustriais, mediante indicação em projeto técnico.

III – Créditos para integralização de cotas: esses créditos contemplam recursos para financiar:

- ↳ integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados em suas respectivas cooperativas de produção;
- ↳ reforço de capital de giro, custeio ou investimento das cooperativas (BRASIL, 2010)

São também objetivos do PRONAF, segundo Denardi (2002) apud. Santos (2010, p. 8):

Viabilizar a produção, industrialização e comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, mediante o acesso ao crédito, tecnologia, assistência técnica, e extensão rural e capacitação, dentre outros fatores; possibilitar a implantação, ampliação e modernização da infra-estrutura no município (estradas, pontes, rede de eletrificação, construções, equipamentos sociais, máquinas e equipamentos produtivos; capacitar técnicos e agricultores familiares; estimular as atividades que favoreçam o desenvolvimento sustentável; incentivar o associativismo como elemento inovador na organização das comunidades locais; estimular a inclusão de grupos étnicos, mulheres e jovens na tomada de decisões sobre prioridades de desenvolvimento.

A finalidade do PRONAF é o financiamento de projetos individuais ou coletivos de agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Para ter acesso ao crédito é preciso obter nos sindicatos ou Emater a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas.

O PRONAF tem as taxas de juros mais baixas do sistema financeiro para financiamentos rurais que variam de 0,5% a 4,5% a.a e também a menor taxa de inadimplência entre os programas de crédito do país (MDA, 2010). Ainda sobre as taxas do PRONAF Ferreira et al. (2008) diz que as taxas de juros são mais baixas que as do crédito para a agricultura patronal e variam de acordo com a renda bruta anual familiar. Para enquadramento no Programa a família não pode obter renda bruta superior a R\$ 110.000,00, não possuir a qualquer título área superior a 4 módulos fiscais do município, nem ter mais que dois empregados permanentes. (FERREIRA et al., 2008).

Ainda complementando esse assunto para ter acesso ao programa é necessário que o agricultor siga as seguintes orientações: ↳ trabalhar na terra em condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário (assentado) do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); ↳ residir na propriedade rural ou em local próximo; ↳ dispor de área inferior a quatro módulos fiscais. O módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectare fixada para cada município. Varia de 5 a 100 hectares. No município de Quaraí cada módulo fiscal corresponde a 28 hectares; ↳ ter renda bruta familiar, nos últimos 12 meses, inferior a R\$ 110 mensal; ↳ ter, no máximo, dois empregados, sendo que a mão de obra deve ser prioritariamente familiar (BRASIL, 2010).

Existe um abatimento na renda bruta familiar, segundo a cartilha do acesso ao PRONAF 2010/2011, pois, ficam fora do cálculo da renda bruta anual os benefícios sociais

(bolsa-família, bolsa-escola, etc.), aposentadorias e pensões. Além disso, podem ser abatidos também 50%, a renda bruta proveniente da produção de culturas de açafrão, algodão-carço, amendoim, cevada, aveia, cana-de-açúcar, centeio, feijão, fumo, girassol, grão-de-bico, mamona, mandioca, milho, arroz, soja, sorgo, trigo e triticale, bem como das atividades de apicultura, aquicultura, bovinocultura de corte, cafeicultura, fruticultura, ovinocaprinocultura e sericicultura; 70%, a renda bruta proveniente das atividades de turismo rural, agroindústrias familiares, olericultura, floricultura, pecuária leiteira, avicultura não integrada e suinocultura não integrada e 90%, a renda bruta proveniente das atividades de avicultura e suinocultura integradas ou em parceria com a agroindústria. (BRASIL, 2010)

É importante mencionar que o PRONAF vem evoluindo significativamente desde 2002. Atualmente, em 2011, há cinco grupos básicos e diversas linhas complementares e acessórias. O PRONAF disponibiliza crédito para comercialização, custeio e investimentos das atividades produtivas dos agricultores familiares beneficiando a família, o jovem, a mulher, além de pescadores artesanais; extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável; silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável; aquicultores, maricultores e piscicultores; bem como comunidades quilombolas, povos indígenas e criadores de animais silvestres que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não-agrícolas de seus produtos.

Abaixo, no quadro 1 (páginas 26 e 27) a caracterização dos agricultores familiares que se enquadram no PRONAF, segundo a cartilha de acesso ao PRONAF 2010/2011:

I – Pescadores artesanais: são os que se dedicam à pesca artesanal, com fins comerciais; podem ser autônomos, com meios de produção próprios ou trabalhar em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais
II – Extrativistas: são os que se dedicam a essa exploração de maneira ecologicamente sustentável, sem a devastação da vegetação nativa, a exemplo de seringueiros, quebradeiras de coco de babaçu, coletadores de castanha, cupuaçu e açai.
III – Silvicultores: são os que cultivam florestas nativas ou exóticas e que promovem o manejo sustentável daqueles ambientes
IV – Aquicultores, maricultores e piscicultores: são os dedicados ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida (podem ser animais ou plantas aquáticas) e que explorem área não superior a dois hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m ³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede.
V – Comunidades quilombolas: são os que praticam atividades produtivas agrícolas e/ou não agrícolas de beneficiamento e comercialização de seus produtos, em áreas de antigos quilombos ocupadas por grupos de afrodescendentes

VI – Povos indígenas: são os que praticam atividades produtivas agrícolas e não agrícolas, de beneficiamento e comercialização de seus produtos, em reservas indígenas

VII – Criadores de animais silvestres: são os que dedicam à criação ou ao manejo de animais silvestres para fins comerciais, com autorização dos órgãos ambientais.

Quadro 1 : Caracterização dos agricultores que se enquadram no PRONAF.

Fonte: (BRASIL, 2010)

Conforme dados do BACEN (2007), o PRONAF, em 2007, atingiu mais de um milhão e novecentos mil contratos, com valor médio das operações em torno de R\$ 3.765,72. Os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Bahia, São Paulo e Espírito Santo e Pará absorveram 74,1% dos recursos e 53,8% dos contratos do programa.

A abrangência do programa, no que tange às liberações totais do PRONAF, apresentou um movimento ascendente entre 2000 e 2005 em todas as regiões do Brasil. Na Região Sul é tirado mais créditos. Segundo Mattei apud Guanziroli (2007), não houve mudança significativa na tendência concentradora de créditos do PRONAF. Mattei apud Guanziroli relaciona esse assunto da seguinte maneira:

Enquanto que a região Nordeste respondia por 26%; a Sudeste, por 16%; o Centro-Oeste, 5%; e a região Norte, por apenas 3% do total. Teriam ocorrido algumas alterações, na safra de 2004, porém sem as mudanças necessárias na rota do programa para que efetivamente se transforme em uma política de apoio ao desenvolvimento rural em todas as regiões do país. Assim, percebe-se que, mesmo havendo uma redução dos contratos na região Sul, ela continua concentrando 47% do total dos recursos do programa, enquanto que a região Nordeste diminuiu sua participação de 26%, em 1999, para 18% na última safra agrícola mesmo que um maior número de agricultores tenha tido acesso ao crédito rural. (MATTEI (2006) apud GUANZIROLI, 2007, p. 307).

A distribuição por regiões dos recursos do PRONAF estão listados na tabela abaixo (Tabela 1):

Tabela 1: Distribuição Regional dos Recursos do PRONAF.

Região	Percentual de Recursos 1999	Percentual de Recursos 2004
Norte	3	12
Nordeste	26	18
Centro- Oeste	5	6
Sul	50	47
Sudeste	16	17

Fonte: Dados extraídos de MATTEI (2006) apud GUANZIROLI (2007).

O PRONAF tem apresentado crescimento sustentado ao longo dos anos tanto em relação ao número de municípios abrangidos quanto ao montante disponibilizado aos agricultores. Em 1999/2000, abrangia 3.403 municípios e em 2007/2008, foram atendidos 5.379 municípios. Logo mais abaixo veremos as tabelas explicando essa evolução por ano safra desde 95/96 até 09/10. O crédito rural do PRONAF atua em quase 100% dos municípios brasileiros (5.394) e firma quase 1.6 milhões de contratos em cada ano agrícola, disponibilizando R\$ 16 bilhões para a safra 2010/2011, destinados aos mais diversos grupos de agricultores familiares e assentados da reforma agrária. (Ministério do Planejamento/2010). Observe as tabelas abaixo:

Tabela 2: Evolução do Número de Contratos Firmados por Ano Safra - Brasil.(94/95 a 09/10).

Ano safra	Número de contratos (mil)
94/95	2
95/96	184
96/97	296
97/98	553
98/99	645
99/00	928
00/01	893
01/02	933
02/03	904
03/04	1390
04/05	1635
05/06	1913
06/07	1692
07/08	1649
08/09	1443
09/10	1559

Fonte: SAF/MDA (adaptado)

Dados das safras 2009/2010 são estimados.

Tabela 3: Evolução do Volume de Créditos Aplicados ou Disponibilizados por Ano Safra (95/96 a 09/10).

Ano safra	R\$(bilhões)
94/95	0,003
95/96	0,31
96/97	0,73
97/98	1,34
98/99	1,47
99/00	2,15
00/01	2,17
01/02	2,19
02/03	2,38
03/04	4,49
04/05	6,13
05/06	7,61
06/07	8,43
07/08	9,07

08/09	10,79
09/10	13

Fonte: SAF/MDA (adaptado)

Dados das safras 2009/2010 são estimados.

Por fim, a partir de sua criação em 1996 o PRONAF vem sofrendo evoluções para atender as necessidades dos agricultores familiares, principalmente alcançando os grupos de mais baixa renda e excluídos do desenvolvimento. Essas adaptações ocorreram ao longo dos anos como pode ser visto na descrição acima: com redução significativa das taxas de juros, criação de enquadramento para novos grupos, aumento do número de contratos, volume de crédito (R\$) ascendente ano a ano passando de 0, 003 bilhões na safra 94/95 para 16 bilhões na safra 10/11, segundo dados do MDA (2010).

Apesar desse grande passo e desse novo olhar dos governantes para a Agricultura Familiar, como grande impulsionadora do desenvolvimento do país, há muito a ser feito no campo das políticas públicas para o Desenvolvimento Rural considerando no seu conceito amplo de desenvolvimento sustentável econômico, social, ambiental e cultural.

2.4 O PRONAF MAIS ALIMENTOS

Esse programa, segundo o Governo Federal/ Ministério do Planejamento foi à resposta do Governo Federal do Brasil à chamada crise de alimentos, que abalou os mercados mundiais no primeiro semestre de 2008. Segundo o MDA O PRONAF Mais Alimentos foi criado em 3/7/2008 com o objetivo de financiar os projetos de investimento para produção, para armazenagem e para o transporte de alimentos, ou seja, ampliar o nível técnico dos produtores rurais familiares que produzem alimentos com conseqüente aumento da renda e da produtividade no meio rural. (BRASIL, 2010).

Ainda, segundo a mesma fonte, essa linha especial de PRONAF permite o financiamento de equipamentos de até R\$ 130 mil, individualmente, e de até R\$ 500 mil coletivamente; a compra de animais, de máquinas, de veículos de transporte de carga, de correção de solos, de irrigação, de armazenagem, de formação de pomares e de sistemas agroflorestais, assim como a melhoria da genética. O Governo Federal fez uma parceria com o setor privado para que os agricultores familiares comprem tratores e motocultivadores com desconto de até 17,5% e de até 15% para máquinas e para implementos. Algumas das empresas parceiras do Governo Federal são Anfavea, Ambimaq e Simers. É necessário salientar que, segundo o BNDES, as máquinas e equipamentos adquiridos nos projetos de investimento

devem ser novos, atender aos parâmetros de índice de nacionalização previstos no produto BNDES Finame Agrícola e, sendo tratores e motocultivadores, ter até 80 cv (cavalos-vapor) de potência. (BRASIL, 2010).

O setor de máquinas e de equipamentos (tratores e motocultivadores) destinados ao uso agropecuário passou de sete mil unidades vendidas no período de 1998/2008 para 29.000 unidades vendidas no período de 2008/2010. Isso representa um avanço de 300% nas vendas além de gerar aumentos dos postos de trabalho e aumento da produção de alimentos mesmo com a crise financeira internacional originária dos EUA. (BRASIL, 2010).

O PRONAF Mais Alimentos visa criar condições necessárias para o aumento da produção e da produtividade da agricultura familiar. Nesta linha foram agrupados os grupos C, D e E passando a ser chamados de “agricultores familiares”. O limite de crédito é de R\$ 130 mil, que podem ser pagos em até dez anos, com até três anos de carência e juro de 2% ao ano. (BRASIL, 2010)

Para muitas famílias de agricultores familiares a agricultura é uma das principais fontes de renda e uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento rural da localidade. Nos últimos anos através dos órgãos de extensão rural como Emater, Sindicato dos Empregados Rurais, Banco do Brasil essas famílias vêm tendo acesso a créditos para o desenvolvimento de suas atividades e projetos com auxílio dos órgãos públicos como EMATER e Sindicato Rural.

A oferta de crédito rural aos agricultores familiares através do PRONAF Mais Alimentos é uma tentativa de ampliar a capacidade produtiva de suas propriedades. Todavia, algumas vezes quando os agricultores não têm habilidades gerenciais para lidar com os recursos financeiros, aumenta a desigualdade entre eles. O Banco do Brasil aplicou R\$ 870 milhões em operações de investimentos na linha PRONAF Mais Alimentos no ano safra 2008/2009, sendo o maior agente financeiro do programa.

Para ter acesso ao PRONAF Mais Alimentos, assim como os demais créditos de investimento, o agricultor deve ter a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) que é um instrumento fornecido por parceiros públicos e por representações dos beneficiários, com amplo conhecimento local e capazes de validar as informações prestadas pelo pleiteante. Após ter a DAP o agricultor deve seguir os seguintes passos:

1. Avaliar o projeto que pretende desenvolver.
2. Procurar a empresa de ATER do município para elaborar o Projeto Técnico de Financiamento.
3. Encaminhar o projeto para análise de crédito e aprovação do agente financeiro.
4. Com o Projeto Técnico, negociar o financiamento junto ao agente financeiro.

5. Aprovado o Projeto Técnico, o agricultor familiar está apto a acessar o recurso.

Os projetos financiados pelo PRONAF Mais Alimentos devem ser vistoriados pelos agentes financeiros. Assim, por exigência legal, os agentes financeiros que operacionalizam este programa exercem monitoria amostral das operações de crédito, sendo avaliada a correta aplicação dos recursos utilizados. O quadro abaixo explica quais são os agricultores que são enquadrados nesta linha de PRONAF e a finalidade do mesmo:

Linha	Enquadramento	Finalidade
Mais Alimentos	Agricultores familiares enquadrados no PRONAF, exceto aqueles enquadrados nos Grupos “A”, “A/C” e “B”, observando-se que 70% da renda da família deve ser oriundas dos seguintes produtos e atividades: açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, fruticultura, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte e de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.	Financiamento de projetos de investimentos voltados à produção de açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, fruticultura, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte e de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura

Quadro 2: PRONAF Mais alimentos, enquadramento e finalidade

Fonte: (BRASIL,2010)

O quadro que segue explica os limites de crédito e prazos para o acesso ao PRONAF Mais Alimentos. Observamos que o limite de crédito individual é de até R\$ 130 mil , mais é importante ressaltar que para uma mesma família podem ser elaborados mais de um projeto desde que cada membro (pai e filho, por exemplo) apresentem uma DAP individual comprovando estarem aptos. Outro ponto a destacar é quanto aos prazos de carência, que é de até 3 anos dependendo da necessidade. O agente financeiro pode julgar que não há necessidade desse tempo todo. (Banco do Brasil-Agência de Quaraí,2011). Segundo o BNDES a data da primeira amortização e a periodicidade de pagamento serão definidos pela instituição credenciada, de acordo como o fluxo de recebimento de recursos da propriedade beneficiada. A periodicidade de pagamento poderá ser mensal, trimestral, semestral ou anual. Durante o período de carência , não haverá pagamento de juros, os quais serão capitalizados na mesma periodicidade de pagamento que vier a ser pactuado, ressalvadas as operações com periodicidade mensal cujos juros serão capitalizados trimestralmente. Durante a fase de amortização, os juros serão pagos juntamente com o principal. (BRASIL,2010).

Grupos e Linhas(1)	Limites do crédito	Juros	Prazos de amortização e de carência
Mais Alimentos	Individual: Até R\$ 130 mil. Projetos coletivos – até R\$ 500 mil (respeitando o limite individual, devendo o valor contratado das operações em andamento nesta modalidade ser descontado do limite previsto para contratação individual).	2% ao ano.	Até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência

Quadro 3: Condições Operacionais do PRONAF Mais alimentos.

Fonte: (BRASIL,2010).

Segundo o Ministério do Planejamento, 2010 o PRONAF Mais Alimentos vem cumprindo seu objetivo principal, pois na safra 2009/2010, no auge da crise econômica internacional, houve um aumento significativo no Brasil, no percentual de produtividade dos principais alimentos como: leite (18,2%), mandioca (13,4%), milho (9,3%), café (7,6%), arroz (6,3%) e trigo (5,4%) e, além disso, no início de 2010 o Programa respondia por 32% dos empregos industriais dos segmentos de tratores agrícolas. Além de tratores, outras máquinas, animais e veículos de transporte são financiados, e no período de 2008-2010, foram firmados mais de 15 mil contratos, totalizando mais de R\$ 6,5 bilhões comercializados. (BRASIL, 2010).

Através dos dados acima fica comprovado a importância do papel do Estado e de suas políticas públicas como impulsionador da economia de um País, pois o PRONAF Mais Alimentos foi criado pela necessidade de produção de alimentos, modernização das propriedades familiares, facilitando o acesso ao crédito e condições de pagamento visto que havia uma defasagem tecnológica nos meios de produção e segundo o Ministério do Planejamento (2010) esse programa permitiu que houvesse um aumento na produção dos principais alimentos no Brasil e também gerou postos de trabalhos tanto na indústria de máquinas como nos demais setores ligados ao programa.

3 O PRONAF MAIS ALIMENTOS E O MUNICÍPIO DE QUARAÍ

Neste capítulo serão apresentadas as principais características históricas, sociais e econômicas do município de Quaraí, de forma breve, com ênfase nos dados referentes à agricultura e a pecuária por relacionar-se mais especificamente ao objeto deste estudo, o PRONAF Mais Alimentos. Além desses dados, este capítulo está destinado a tratar das formas de utilização destes recursos (contratos, valores,) na busca do fortalecimento econômico e desenvolvimento sustentável de suas propriedades familiares.

Para isso, como desenvolvimento sustentável é utilizado o pensamento de Almeida (2004) que diz que a perspectiva de desenvolvimento sustentável passa a fazer parte dos debates sobre desenvolvimento a partir da compreensão da finitude dos recursos naturais e das injustiças sociais decorrentes do projeto de desenvolvimento vigente. O “modelo” de desenvolvimento buscado seria então um modelo rico em alternativas, capaz de enfrentar com novas soluções a crise social e ambiental. É preciso conceber um desenvolvimento que tenha nas prioridades sociais sua razão-primeira, transformando, via participação política, excluídos e marginalizados em cidadãos. (ALMEIDA, 2004).

3.1 O MUNICÍPIO DE QUARAÍ: LOCALIZAÇÃO, CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS

No tocante à caracterização do local deste estudo, o Município de Quaraí criado em 08/04/1875 (Lei n.º.972) está localizado na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul estando ligado pela Ponte Internacional da Concórdia à cidade de Artigas no Uruguai. Com porto habilitado para o comércio internacional, nossa cidade é uma das portas de entrada das rotas do MERCOSUL. Os limites do município de Quaraí são: Sul- Santana do Livramento e a República Oriental do Uruguai; norte: Uruguiana e Alegrete; leste: Alegrete e Rosário do Sul e oeste: Uruguiana. (SUERTEGARAY, 1992. p. 29).

Quaraí está localizado a uma distância de 502, 87 km da capital do Estado, Porto Alegre. Possui uma área territorial de 3.148 km², com uma densidade demográfica de 7,31 hab/ km², tendo sua economia baseada na agricultura, serviços e pecuária. (IBGE, 2010)

Segundo dados do IBGE, no Estado do Rio Grande do Sul a estrutura fundiária se diferencia de acordo com cada região, alternando predomínio de grandes e médias

propriedades com médias e pequenas unidades de produção. A Região da Campanha onde está localizado o município de Quaraí é onde existe maior concentração de terras. Do total dos estabelecimentos do Estado 85,71% possuem menos de 50 hectares, ocupando 24,36% da área utilizada pela agropecuária. As propriedades com mais de 500 hectares representam 1,83% dos estabelecimentos, ocupando 41,66% da área rural. As propriedades entre 50 e 500 ha representam 12,46% do número total de estabelecimentos ocupando 33,98% do total da área. No Município de Quaraí /RS, a estratificação fundiária do Censo de 1996, do I Fórum de Desenvolvimento Rural realizado pela EMATER, Sindicato Rural dos Trabalhadores entre outras instituições do município de Quaraí, nos revela que apenas 20% das propriedades estão em áreas de até 10 ha, 39% em áreas de 11 a 100 ha, 12% em áreas de 101 a 200, 11% em áreas de 201 a 500 ha, 15% em áreas de 501 a 200 ha, e apenas 3% em áreas maiores de 2000 ha. No município de Quaraí existem 300 famílias de agricultores familiares, onde destas 260 têm acesso a alguma linha de crédito do PRONAF, segundo a EMATER/RS, escritório de Quaraí.

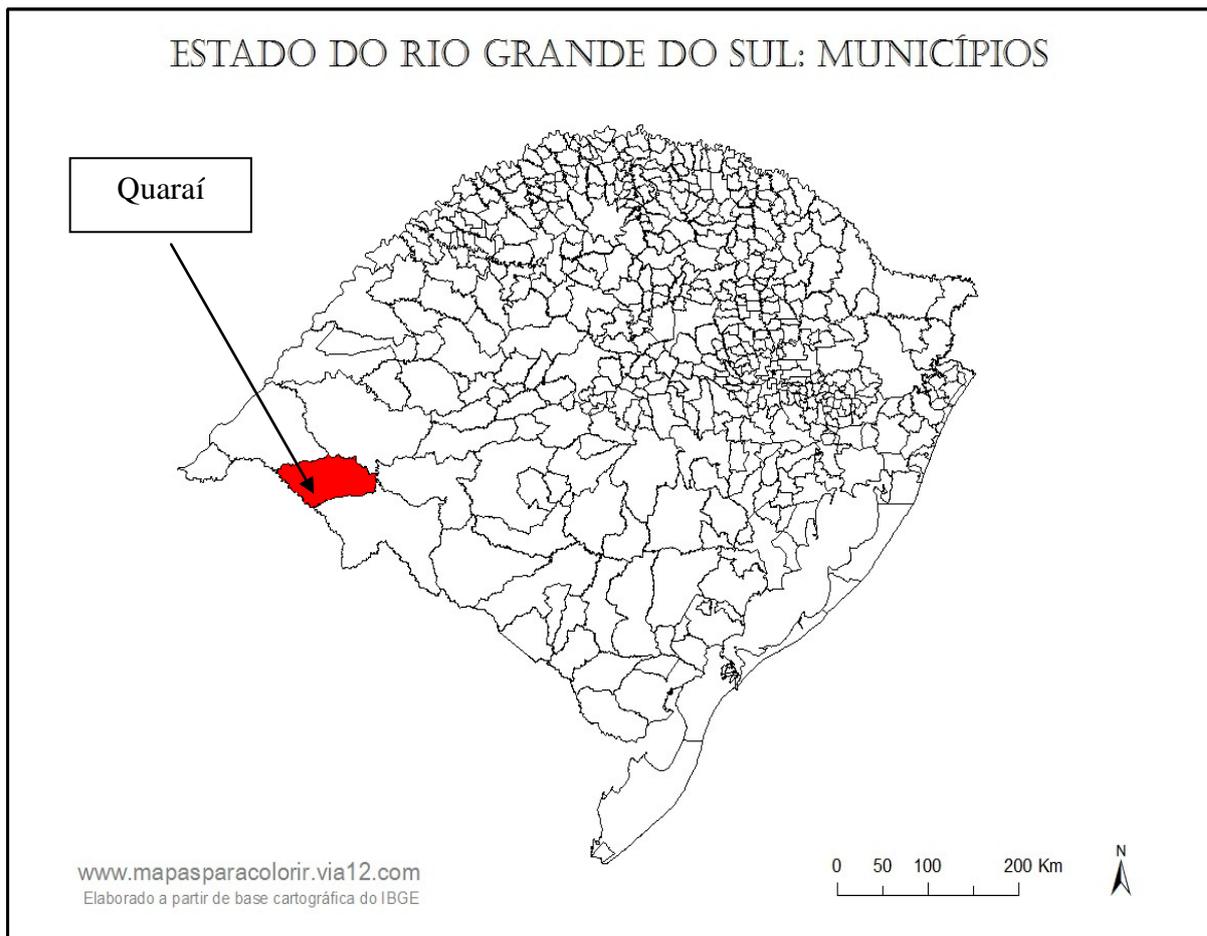


Figura 1: Localização do município de Quaraí

Fonte: www.mapasparacolorir.via12.com

Segundo informações do histórico do município de Quaraí do IBGE (2011), o nome de Quaraí é de origem indígena, significando “Rio das Garças” ou também “Rio do Sol” e “Fogo da Noite”. O gentílico de quem é natural deste município é quaraiense. Quaraí é muito bem identificado através da lenda “Salamanca do Jarau”.

Ainda conforme o IBGE, o município se originou da doação de 42 sesmarias, que iniciaram-se em 1814 pelo 1º Governador da Capitania Geral do Rio Grande do Sul, D. Diego de Souza, e por Luis Teles da Silva, futuro Marquês de Alegrete. Esta foi à época das lutas contra José Gervásio Artigas, o idealizador da independência da Banda Oriental do Uruguai, atual República Oriental do Uruguai. Entre os primeiros proprietários encontrava-se João Batista de Castilhos, que além da sesmaria recebida comprou outra, e este campo é hoje a cidade de Quaraí. (IBGE, cidades)

Ainda no histórico do IBGE- cidades, Getúlio Durgante descreve que no ano de 1816, com o intuito de impedir que as tropas do General Artigas se estabelecessem nestas terras, acampa junto à margem direita do Rio Quaraí o comandante José de Abreu com 200 homens. Em 1858 essa guarnição estava sob o comando do Tenente Coronel Simeão Francisco Pereira, e aqui chega o engenheiro e matemático José da Victória Soares Andréa para integrar a comissão de demarcação dos limites entre Brasil e o Estado Oriental do Uruguai, que vai traçar a planta da futura freguesia. Em dezembro de 1859, criava-se no 2º distrito de Alegrete a Freguesia de São João Batista de Quaraí, sendo que em 1875 foi elevada a categoria de vila, e no dia 26 março do ano de 1890 é elevada categoria de cidade. (IBGE cidades)

Segundo informações da Prefeitura Municipal, o município de Quaraí teve relevada importância no contexto histórico do Estado, foi berço do último combate farroupilha e alguns dos proprietários de terra aqui do município formavam a elite da política rio-grandense.

Com a nova divisão administrativa e judiciária do Estado ocorrida no ano de 1944, pelo decreto lei número 720, o município passa a contar com apenas um distrito, passando as zonas a denominarem-se subdistritos conforme o mapa da divisão administrativa, figura 2, na página seguinte:



Figura 2: Mapa da divisão administrativa do município de Quaraí- RS.

Fonte: EMATER, 2011.

No município de Quaraí predomina a pecuária de corte extensiva com criação de gado (ovinocultura- 144.714 cabeças, bovinocultura- 176.088 cabeças) onde o solo é bastante desgastado sofrendo erosão nessas áreas. Onde a prática de cultivo bastante utilizada é a monocultura principalmente do arroz (8.500 ha) com o uso excessivo de agrotóxicos poluindo os cursos de água e o solo, com 915 estabelecimentos agropecuários. (IBGE, 2006)

Ainda segundo o IBGE a produção da Pecuária Municipal em 2009 foi de 190.744 cabeças de ovinos, 248.072 cabeças de bovinos . Percebe-se nesses dados um crescimento no rebanho bovino e ovino do município, que segundo a EMATER de Quaraí deve-se as linhas de crédito do PRONAF e condições de pagamento com prazos maiores e taxas de 6,75% ao ano proporcionadas pelas agências bancárias do município, principalmente Banco do Brasil, Banrisul e Sicredi. Muitos desses animais são adquiridos nas feiras de bovinos e ovinos realizadas pelo Sindicato Rural no município.

Em busca de novas alternativas de renda alguns pecuaristas do município diversificaram suas atividades incluindo a pecuária leiteira entre elas. Segundo o Censo agropecuário do IBGE de 2006, o município comercializa 2.573.000 litros de leite ao ano.

No município de Quaraí existem duas agroindústrias de pequeno porte que realizam o processamento do leite, a Cooperleite que trabalha em regime de cooperativismo que pasteuriza uma pequena parte do leite recebido de seus associados e repassa o restante para uma multinacional, a outra agroindústria existente pasteuriza apenas o leite produzido pela família.

Segundo Schneider (2004, p. 97), “uma das saídas experimentadas no período mais recente, é o reconhecimento da necessidade de estabelecer parcerias com os governos e as instituições locais e valorizar a participação da sociedade civil na gestão de suas ações.”

O município tem como principais atrações turísticas as Ruínas do Saladeiro, que foram consideradas o maior ponto de charqueada do Estado. Localizada na Vila Saladeiro, a oeste do município, a 2 km da sede, outro ponto turístico é o Cerro do Jarau, localizado na BR 290, saída para o município de Uruguaiana, é o berço da famosa lenda da Salamanca do Jarau, também temos uma área do município que é coberta por butiazeiros, árvore que não é nativa da região e diz à lenda que as primeiras mudas foram trazidas pelos jesuítas.

Faz parte do município 12,22% da Área de Proteção Ambiental Ibirapuitã (APA), esta rica em atrativos tanto naturais, quanto históricos e por isso criada com o objetivo de fomentar o turismo ecológico, educação ambiental e pesquisa científica, preservar a cultura e as tradições do gaúcho da fronteira, assim como também proteger espécies ameaçadas de extinção em nível regional. (QUARAÍ, 2011)

Juliana Santilli (2005) no livro Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural destaca a grande importância dos agricultores familiares para o desenvolvimento rural sustentável que vai muito além da questão meramente econômica, pois:

“Os agricultores tradicionais ou familiares são responsáveis pela manutenção da diversidade de espécies e variedades agrícolas. Adotam em mecanismos de seleção e melhoramento genético, domesticação e intercâmbio de sementes que asseguram a variabilidade genética das plantas cultivadas e a conservação da agrobiodiversidade.” (SANTILLI, 2005)

De acordo com os dados obtidos em pesquisa na EMATER o clima na região é subtropical, sendo que a região mais quente do Estado é a que fica próximo ao Rio Uruguai. As precipitações pluviométricas na região ficam em torno de 1.400 mm. Com relação às temperaturas, verifica-se que no verão pode chegar facilmente aos 40°C, e no inverno as temperaturas são bem baixas, com grande ocorrência de temperaturas negativas e de geadas que assim como as altas temperaturas e a seca no verão prejudicam muito a produção agrícola e a pecuária. Em termos de disponibilidade hídrica, como esta varia de acordo com a profundidade dos solos e da ocorrência de chuvas, normalmente nos meses de verão é constatado os maiores déficits. (EMATER, 2011).

No sudoeste do Rio Grande do Sul a unidade de paisagem predominante é a Cuesta de Haedo, que constitui uma feição de relevo que apresenta as maiores altitudes alinhadas em

sentido SWNE com valores em torno de 350-400m. Esta topografia relativamente acentuada decai para o oeste, em direção a calha do rio Uruguai, onde atinge em média 80 metros de altitude. Nesta área predomina uma cobertura de campos com gramíneas de baixo porte entremeados de matas de galerias, característica da região do Pampa e tecnicamente definidos como estepes e savanas. Estas características, segundo Suetegaray e Guasselli, são a expressão de um uso predominantemente pastoril que gradativamente vai se transformando com a introdução da cultura de arroz. É uma vegetação adequada ao desenvolvimento do rebanho, mas que necessita de investimentos dos proprietários em pastagens artificiais de inverno e verão para viabilizar a produção, pois com o clima de inverno rigoroso e chuvas muito frias há necessidade de altos índices de proteínas para o rebanho, que enfrenta ainda altas temperaturas e grandes secas no verão.

A Bacia Hidrográfica do Rio Quaraí tem como principais cursos de água que banham o município os arroios Sarandi, Quaraí-Mirim, Garupá e o Rio Quaraí. Seus maiores problemas estão relacionados à insuficiência hídrica nos meses de menor disponibilidade, principalmente no verão e as grandes demandas por irrigação para o plantio de arroz. O município conta ainda com uma grande rede de cursos de água de fraco volume, devido à impermeabilidade do solo. Estas características pouco se alteraram ao longo dos últimos anos, tendo como principal alteração a introdução da cultura do arroz por agricultores familiares e a construção de açudes; além do plantio de pastagens cultivadas na maioria das propriedades rurais.

As principais vias de acesso são BR/RS 377 e BR 293 que liga o município aos municípios de Santana do Livramento, Uruguaiana e Alegrete, e Ponte Internacional da Concórdia, um prolongamento da BR 293, que faz o elo com a cidade de Artigas – ROU (República Oriental do Uruguai).

Referente ao sistema de ensino o município de Quaraí possui oito escolas estaduais e oito escolas municipais, sendo que cinco destas são escolas rurais. Importante destacar que uma das agroindústrias fornece leite para as escolas municipais, se enquadrando dentro do PAA (Programa de Aquisição da Agricultura Familiar) de acordo com a lei nº 11.947. Um aspecto importante foi à implantação de um pólo da Universidade Aberta do Brasil, que oferece vários cursos de nível superior, sendo um deles voltado para a área rural.

A população de Quaraí em 2010 era de 23.021 habitantes, destes 21.310 pessoas residiam na área urbana e 1.711 na zona rural (cerca de 7% da população).(IBGE, 2010). Segundo dados estatísticos, a população rural do município está diminuindo ao longo das décadas .

Tabela 4: População urbana e rural do município de Quaraí.

Ano	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total
1970	13.366	6.375	19.741
1980	15.107	4.335	19.442
1991	19.480	2.603	22.083
2000	22.060	1.942	24.002
2007	20.658	1.984	22.642
2010	21.310	1.711	23.021

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991, 2000, 2007 e estimativas de 2010

Segundo a EMATER de Quaraí a diminuição da população rural no município, demonstrada na tabela acima, deve-se a falta de oportunidades para as pessoas manterem-se no campo, principalmente os mais jovens que saem à procura de melhores condições de vida. Muitos dos filhos desses agricultores familiares migram para a Região Norte do RS a procura de empregos e como não têm especialização vão para a colheita da maçã na Serra Gaúcha. (EMATER, 2011).

Em relação a agricultura as principais lavouras permanentes produzidas no município em 2009 segundo o IBGE foram de: 300 toneladas de laranjas, 5 toneladas de limões, 450 toneladas de pêssegos, 525 toneladas de uvas e 78 toneladas de tangerinas. Quanto as principais lavouras temporárias foram produzidos no ano de 2009: 450 toneladas de milho em grãos, 125 toneladas de soja em grãos, 101.269 toneladas de arroz em casca, 68 toneladas de batatas-doce, 186 toneladas de mandiocas, 920 toneladas de melancias.

Segundo dados do IBGE, o município de Quaraí, em 2008, possuía um PIB de R\$ 220.579 (mil) com um PIB per capita de R\$ 9.588,00. O Comércio e Serviços são os maiores geradores de renda com 57,41%, seguido do setor agropecuário que contribui com 36,13%, sendo que a indústria contribui com apenas 6,46 %. Importante destacar que a incidência de pobreza no município segundo IBGE (2003) atingia 29, 97% da população, sendo o índice de GINI de 0,41. O IDH do município é médio sendo de 0,776.

Os dados relacionados acima demonstram que a economia do município de Quaraí é predominantemente relacionada a pecuária , a agricultura e serviços (relacionados com a agropecuária na sua maioria) necessitando uma atenção maior dos governantes com políticas públicas para o Desenvolvimento Rural do município.

3.2 A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO PRONAF MAIS ALIMENTOS EM QUARAÍ

Esta seção tem por objetivo verificar como os agricultores familiares utilizam os recursos disponibilizados pelo PRONAF Mais Alimentos em suas unidades de produção agrícola.

De acordo com os dados obtidos na EMATER de Quaraí e na agência do Banco do Brasil os recursos do PRONAF Mais Alimentos no município de Quaraí são acessados desde 2009, sendo que o PRONAF Mais Alimentos foi implantado em 2008. Esta linha de PRONAF segundo o Banco do Brasil foi divulgada no município para os agricultores familiares através da EMATER e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Quando se perguntou como a instituição Banco do Brasil de Quaraí percebe a situação dos agricultores familiares no município na atualidade e como atua junto a eles obteve-se a seguinte resposta: “O Banco acredita que se os produtores aplicarem corretamente os recursos terão sucesso na atividade”. (Funcionário Banco do Brasil- 2011).

Conforme informações do Banco do Brasil os recursos são oriundos das seguintes fontes: FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste), MCR (Manual do Crédito Rural - vide BACEN) 6.2, MCR 6.4. (BANCO do BRASIL, 2011). O prazo de financiamento nessa linha é de até dez anos incluindo três anos de carência (se justificada a necessidade no projeto). Com relação aos recursos fez-se o seguinte questionamento ao funcionário responsável pelo crédito rural do Banco: Existe algum tipo de fiscalização na aplicação dos recursos pelo Banco? Ao qual ele respondeu: “Sim. As operações contratadas são submetidas ao órgão fiscalizador do Banco que faz uma visita a propriedade para confirmar a correta aplicação dos recursos”. (Funcionário do Banco do Brasil-2011)

No município os recursos usados são destinados principalmente para atividades relacionadas à pecuária de corte, pecuária leiteira e com menor expressão a agricultura como, por exemplo: aquisição de matrizes de gado de corte, matrizes de gado leiteiro, orizicultura, aquisição de máquinas destinadas à atividade agrícola (principalmente tratores), equipamentos para implantação de leiterias. Esses dados demonstram o destaque na região da agropecuária.

Quanto à abrangência do PRONAF Mais Alimentos convém ressaltar que o município de Quaraí possui 300 famílias de agricultores familiares (EMATER, 2011), destas 260 famílias já acessaram alguma linha de crédito destinada à agricultura familiar (PRONAF) sendo que do total de 260, somente 54 famílias acessaram o PRONAF Mais Alimentos com um número de 56 contratos (nos anos de 2009 e 2010), pois é permitido mais de um empréstimo nessa linha de crédito para uma mesma unidade familiar, limitado a R\$ 130 mil.

Esse número corresponde a 18 % do total de famílias de agricultores familiares do município. Cada produtor tem seu limite individual calculado pelo sistema automatizado do Banco, pautado na renda apresentada na DAP e área de terras conforme informações do Banco do Brasil. É conveniente frisar que para se enquadrar no PRONAF Mais Alimentos a família deve seguir os critérios gerais da linha descritos anteriormente na seção 2.4.

Para a EMATER de Quaraí os recursos do PRONAF Mais Alimentos além de auxiliarem na geração de renda da propriedade, através da diversificação das atividades proporcionam recursos para os agricultores terem acessos a novas tecnologias sendo possível com isto o aumento da produção e produtividade que é o objetivo deste programa, auxilia também na qualidade de vida dos agricultores.

De acordo com a EMATER, nos anos de 2009, 2010 e 2011 o número de contratos, montante de recursos (valor financiado) e finalidade do PRONAF Mais Alimentos em Quaraí são descritos nas tabelas abaixo. A tabela nº 5(página 41 e 42) é referente ao ano de 2009, 1º ano que os agricultores acessaram esse crédito no município, a tabela nº 6 refere-se ao ano 2010 e a tabela nº 7 ao ano de 2011, até o mês de junho.

Tabela 5: Recursos do PRONAF Mais Alimentos concedidos aos agricultores familiares de acordo com o nº de contratos, finalidade e montante (R\$) no ano de 2009, em Quaraí/RS.

Nº de Contratos	Finalidade	Valor (R\$)
01	40 matrizes ovinas e 12 novilhas de corte	9.849,00
02	49 novilhas para corte	36.000,00
03	12 novilhas de corte	9.648,00
04	06 vacas de leite	15.300,00
05	01 trator	69.775,00
06	03 vacas de leite	7.005,00
07	15 novilhas de corte e instalações (cerca)	20.041,00
08	Tubos de PVC	9.225,00
09	100 novilhas sobre ano de corte	80.000,00
10	06 vacas de leite	15.000,00
11	50 terneiros	25.000,00
12	Construções, benfeitorias e instalações	10.279,00
13	50 vacas de cria (corte)	25.000,00
14	30 vacas de cria (corte)	30.000,00
15	Entaipadeira com rolo e 01 trator	90.674,00
16	03 vacas de leite	7.500,00
17	40 vacas de cria (corte)	40.000,00
18	10 vacas de cria (corte)	10.000,00
19	07 vacas de leite	21.000,00
20	100 matrizes ovinas	13.000,00
21	40 vacas de cria (corte)	40.000,00
22	20 vacas de cria (corte)	17.000,00
23	20 vacas de cria (corte)	20.000,00
24	40 vacas de cria (corte)	40.000,00
25	50 vacas de cria (corte)	50.000,00
26	04 vacas de leite	12.000,00

27	15 vacas de leite	45.000,00
28	01 trator	69.448,00
29	01 trator	69.448,00
30	70 vacas de corte	70.000,00
31	50 matrizes bovinas (corte)	50.000,00
32	75 matrizes de corte	75.000,00
33	08 vacas de leite	24.000,00
34	01 trator	69.448,00
35	07 vacas de cria (corte)	7.000,00
36	08 vacas de cria (corte)	7.980,00
Total: 36		Total: 1.210.620,00

Fonte: Elaborado pela autora, 2011. Dados fornecidos pela EMATER/Quaraí, RS.

Os dados da tabela Nº 5 mostram o grande investimento dos agricultores familiares na pecuária de corte e na pecuária de leite. O ano de 2009 teve um total de 36 processos com um investimento no valor total de R\$1.210.620,00. Foram adquiridos no ano de 2009 através do PRONAF Mais Alimentos 140 cabeças de ovinos, 748 cabeças de gado de corte, 52 cabeças de gado de leite e 5 tratores.



Figura 3: Trator TL 75 New Holland adquirido através do PRONAF Mais Alimentos.

Fonte: Fotografia da autora, 2011.

O trator acima foi adquirido, conforme o produtor, com a finalidade de cultivar pastagens para os animais (aveia, azevém, milheto, sorgo forrageiro, milho). Abaixo está descrito a fala desse produtor:

Antes de comprar o trator era bem mais difícil para mim, o gado precisa de alimento, principalmente no inverno e quando tem secas, então eu precisava do pessoal da Secretaria da Agricultura, pagava o diesel e tinha que ficar na fila porque muitos agricultores precisam fazer pastagens. Agora só dependo do meu trabalho, me facilitou bastante. (entrevista com agricultor familiar)

A tabela abaixo, (Tabela 6) apresenta os recursos adquiridos pelos agricultores familiares através do PRONAF Mais Alimentos no ano de 2010 em Quaraí.

Tabela 6: Recursos do PRONAF Mais Alimentos concedidos aos agricultores familiares de acordo com o nº de contratos, finalidade e montante (R\$) no ano de 2010, em Quaraí/RS.

Nº de Contratos	Finalidade	Valor (R\$)
01	05 vacas de leite	15.000,00
02	30 vacas de cria (corte)	30.000,00
03	14 vacas de cria (corte)	16.520,00
04	20 vacas de cria (corte)	17.500,00
05	28 vacas de cria (corte)	33.600,00
06	25 vacas de cria (corte)	30.000,00
07	10 vacas de cria (corte)	10.000,00
08	01 ordenhadeira, 01 resfriador de expansão e 05 vacas de leite	50.000,00
09	12 vacas de leite	30.000,00
10	05 novilhas leiteiras	10.000,00
11	03 touros (corte)	15.000,00
12	75 vacas de cria (corte)	75.000,00
13	10 novilhas leiteiras	20.000,00
14	45 vacas de cria (corte)	45.000,00
15	20 vacas de cria (corte)	20.000,00
16	10 novilhas leiteiras	20.000,00
17	25 vacas de cria (corte)	20.000,00
18	45 matrizes de corte	36.000,00
19	30 vacas de cria (corte)	30.000,00
20	30 vacas de cria (corte)	30.000,00
Total: 20 contratos		Total: 523.620,00

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Nota: os dados foram fornecidos pela EMATER/ Quaraí, RS.

Os dados da tabela Nº 6 mostram o grande investimento dos agricultores familiares na pecuária de corte com a aquisição de 400 cabeças, na pecuária de leite com a aquisição de 47 cabeças e equipamentos para leiteria como resfriador e ordenhadeira. Esse ano teve um total de 20 processos com um investimento no valor total de R\$ 523.620,00. Nota-se que há compras destinadas a produção leiteira no município. Isso se deve a políticas públicas,

segundo a EMATER, de incentivo, praticadas conjuntamente pelos órgãos municipais (Secretaria da Agricultura) na busca de diversificação e melhores condições de renda para os agricultores familiares (Bacia leiteira). É importante destacar que o contrato número 8, mencionado na tabela 6, onde o agricultor fez um investimento relativamente grande (R\$ 50.000,00) com a compra de equipamentos e animais para leiteria, só foi possível, segundo o mesmo, devido à orientação da EMATER local e da sua produção já ser comprada pela Cooperleite (Cooperativa Mista e Consumo de Pequenos Produtores de Leite do Município de Quaraí) que comercializa leite e queijos no mercado local e repassa o excedente para BR Foods (posto de resfriamento da Perdigão na cidade de Alegrete/RS). Perguntado sobre a capacidade de pagamento do financiamento, o agricultor falou o seguinte:

Me animei a investir nesses equipamentos caros (ordenhadeira, resfriador) porque o pessoal da EMATER e da Secretaria da Agricultura estão dando força para mim. Já está tudo organizado, o caminhão da Cooperleite vai passar aqui, um dia sim e outro não, e leva o leite todo. O dinheiro do leite é pago mensalmente e aí vou juntando para pagar os equipamentos. Se não fosse eles não me animava a comprar, pois é tudo muito caro. (agricultor familiar entrevistado)

No ano de 2010 não teve contrato destinado à aquisição de máquinas agrícolas nesta linha de crédito em Quaraí. Abaixo as fotos dos equipamentos adquiridos pelo agricultor familiar entrevistado.



Figura 4: Ordenhadeira adquirida através do PRONAF Mais Alimentos.

Fonte: Fotografia da autora, 2011.



Figura 5: Resfriador adquirido através do PRONAF Mais Alimentos

Fonte: Fotografia da autora, 2011.

Tabela 7: Recursos do PRONAF Mais Alimentos concedidos aos agricultores familiares de acordo com o nº de contratos, finalidade e montante (R\$) no ano de 2011, em Quaraí/RS.

Nº de Contratos	Finalidade	Valor (R\$)
01	01 poço artesiano	12.138,00
02	18 vacas de corte	17.692,00
03	10 novilhas de corte	6.000,00
04	24 novilhas de corte	14.400,00
05	13 novilhas de corte	7.800,00
Total: 05		Total: 58.030,00

Fonte: Elaborado pela autora, 2011.

Nota: os dados foram fornecidos pela EMATER/ Quaraí, RS.

A tabela nº 7 continua demonstrando a vocação para a pecuária de corte no município de Quaraí. Foram adquiridas 65 cabeças de gado de corte e um poço artesiano, totalizando um montante no valor de R\$ 58.030,00, até junho de 2011. Nesta tabela salienta-se a importância do poço artesiano para o agricultor familiar destacando a importância do PRONAF Mais Alimentos para o Desenvolvimento Rural da região. Segundo o agricultor entrevistado o PRONAF Mais Alimentos auxilia muito os pequenos agricultores, mas não resolve todos os problemas da propriedade:

Para mim, pequeno agricultor, se não fosse o PRONAF talvez nunca fizesse um poço na minha propriedade. Da onde ia conseguir R\$ 12.000,00? Com esse poço tenho água para os animais e para casa. Minha mulher já começou a fazer uma horta, vai plantar de tudo um pouco: para o consumo nosso e para vender na feira, lá na cidade. Eu vou comprar da EMATER mudas de árvores frutíferas para plantar também. Tudo ajuda. As estradas por aqui, não são muito boas, mas bem na frente de casa passa um ônibus grátis da Prefeitura, todas as segundas e sábados, a gente pode vender os produtos na cidade. Nesta zona o verão é bastante seco, falta água até para beber. Tinha pensado até em arrumar um emprego na cidade, mas graças a Deus agora posso ficar. (agricultor familiar entrevistado)



Figura 6: Aquisição de novilhas de corte através do PRONAF Mais Alimentos.

Fonte: Fotografia da autora, 2011.

Ficou claro na fala desse agricultor que os pequenos produtores precisam de políticas articuladas, não só de verbas para continuarem no campo. É necessário que sejam elaborados projetos de políticas estruturais, políticas de mercado e também políticas de ações sociais para o agricultor familiar continuar sendo agricultor.

Tratando-se de Desenvolvimento Rural destaco neste trabalho o pensamento de Navarro (2001) onde Desenvolvimento Rural trata-se de uma ação previamente articulada que induz mudanças em um determinado ambiente rural. O Estado é o agente principal.

Convém destacar que o PRONAF Mais Alimentos como política pública vai além do Desenvolvimento Agrícola (ou agro- pecuário) onde no conceito de Navarro (2001) refere-se exclusivamente às condições da produção agrícola e/ ou agropecuária, suas características são no sentido estritamente produtivo, suas facetas e evolução (área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, economicidade, uso do trabalho,...), pois se preocupa com dimensões sociais. Por isso o desenvolvimento buscado pode ser compreendido como agrário, pois, segundo Navarro (2001) o Desenvolvimento Agrário refere-se a interpretações a cerca do “mundo rural” em todas as suas dimensões e não apenas à estrutura agrícola. Estudam as mudanças sociais e econômicas em longo prazo, reivindicando uma aplicação de modelos teóricos entre países e regiões (disputadas entre classes, relações de trabalho, condições de acesso e uso da terra, esse deve ser o verdadeiro papel das políticas públicas como é o caso do PRONAF Mais Alimentos).

Para que aconteça realmente o desenvolvimento rural no Brasil é preciso coalizão entre forças sociais distintas, políticas emancipatórias atendendo as diferenças regionais e priorizar especialmente o manejo dos recursos ambientais entre outras,... renovando a esperança para as famílias rurais. (NAVARRO, 2001).

4 O PRONAF MAIS ALIMENTOS: ENTRADAS MONETÁRIAS E DIFICULDADES ENCONTRADAS

Este capítulo trata das entradas monetárias dos agricultores familiares antes e após o acesso ao PRONAF Mais Alimentos além de descrever as principais dificuldades encontradas pelos mesmos no desenvolvimento de suas atividades produtivas e no acesso ao crédito no município de Quaraí.

4.1 ENTRADAS MONETÁRIAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES QUE ACESSAM O PRONAF MAIS ALIMENTOS EM QUARAÍ.

Esta seção tem como objetivo comparar as entradas monetárias dos agricultores familiares, antes e após acessarem o PRONAF Mais Alimentos.

4.1.1 Propriedade N ° 1

Antes de acessar o PRONAF Mais Alimentos a família tinha como principais atividades agrícolas a bovinocultura de corte em pequena escala (somente sete animais) e pequenas plantações de melancia, melão, abóbora, feijão, mandioca (4 hectares) cuja produção era comercializada na cidade. Da bovinocultura somente eram vendidos os terneiros sendo que as fêmeas permaneciam na propriedade para ampliar a produção, conforme relato do produtor. As entradas monetárias da família totalizavam uma soma de R\$ 11.070,00 como apresentadas na tabela nº 8.

Tabela 8: Entradas monetárias antes de acessar o PRONAF Mais Alimentos - propriedade N° 1 (safra 2008/2009)

Antes de acessar o PRONAF Mais Alimentos.			
Produtos comercializados	Quantidade	Valor unitário para venda/R\$	Valor total p/ safra
Feijão verde	1.200 kg	1,10	1.320,00
Melancia	1.500 unid.	3,00	4.500,00
Melão	2.000 unid.	1,00	2.000,00
Abóbora	800 unid.	1,50	1.200,00
Mandioca	1000 kg	1,00	1.000,00

Terneiros	3 cabeças	350,00	1.050,00
Entrada monetária total			11.070,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Após acessar o PRONAF Mais Alimentos o agricultor familiar desta propriedade resolveu diversificar as suas atividades adquirindo gado leiteiro como forma de obter uma renda mensal, pois o gado de corte fornece somente uma renda anual quando vendidos os animais.

Na tabela abaixo estão disponíveis os dados relacionados às alterações observadas nas entradas monetárias da propriedade após acessar o PRONAF Mais Alimentos.

Tabela 9: Entradas monetárias após acessar o PRONAF Mais Alimentos – propriedade Nº 1 (safra 2009/2010)

Depois de acessar o PRONAF Mais Alimentos			
Produtos comercializados	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total
Feijão verde	1.200 kg	1,10	1.320,00
Melancia	1.500 Unid.	3,00	4.500,00
Melão	2.000 unid.	1,00	2.000,00
Abóbora	800 unid.	1,50	1.200,00
Mandioca	1000 kg	1,00	1.000,00
Terneiros	3 cabeças	350,00	1.050,00
Leite	14.400 l	0,60	8.640,00
Entrada monetária total			19.710,00

Fonte: dados da pesquisa, 2011

Com os recursos provenientes do PRONAF Mais Alimentos, o agricultor adquiriu 7 vacas leiteiras, 1 resfriador e 1 ordenhadeira o que permitiu que a família iniciasse a produção de leite na propriedade. O manejo com o gado leiteiro, segundo o entrevistado, foi orientado pelo agrônomo da EMATER local que o ensinou a fazer ensilagem³ para alimentar os animais já que a área da propriedade totaliza 17 hectares configurando uma área insuficiente para a alimentação com pastagem natural sendo necessária a complementação nutricional dos animais. O entrevistado disse que pretende fazer a ensilagem o mais breve possível já que a área da propriedade totaliza 17 hectares.

A produção de leite na propriedade (40 litros/dia) apesar de ser considerada pequena pelo produtor permitiu que a família adquirisse uma renda mensal, que além de contribuir para a manutenção da família, permite a segurança com relação à dependência unicamente das

³ Processo de cortar a forragem colocá-la no silo, compactá-la e protegê-la com a vedação do silo para que haja a fermentação (EMBRAPA)

culturas de verão. O produtor mencionou que considera pequena a produção de leite em sua propriedade pela raça das vacas que são holandesas e geralmente fornecem bem mais leite, mais acredita que essa produção poderá aumentar quando disponibilizar de mais alimentos para os animais com a ensilagem. Podemos constatar na tabela nº 9 que com a diversificação das atividades houve um aumento na renda monetária da propriedade de R\$ 8.640,00 na safra 2009/2010.

A produção de leite desta propriedade é comercializada para a Cooperleite, empresa de pequeno porte situada em sede própria na Avenida Artigas 1863, zona urbana da cidade de Quaraí. Esta agroindústria passou a denominar-se em outubro de 2010, Cooperativa Mista e Consumo de Pequenos Produtores de Leite do Município de Quaraí, e segundo o gerente, foi escolhido esse nome porque Cooperativa Mista e Consumo possibilita redução de impostos, e Pequenos Produtores de Leite, possibilita estabelecer parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e com isso beneficiar-se de verbas com juros reduzidos e incentivos do governo aos pequenos produtores.

A Cooperleite recebe de 38 produtores uma média de 80.000 litros de leite, e desses, pasteuriza uma média de 3.000 litros, sendo o restante comercializado com a BR Foods (Perdigão). Uma grande parte do produto in natura é coletada diretamente das propriedades (como no caso da propriedade estudada) por uma empresa terceirizada do município de Quaraí e um pequeno número de produtores (quatro) entregam diretamente na cooperativa, sendo que o custo do frete do caminhão é de responsabilidade pela BR Foods (Perdigão). Na entressafra o caminhão coleta o leite de todos os produtores em um único dia, enquanto que no período de safra o caminhão faz duas rotas, dividindo a mesma em dois dias, e quem estabelece esse roteiro é a empresa BR Foods através de GPS que define qual a rota mais viável economicamente. O caminhão deixa na Cooperleite a quantidade necessária para pasteurização de acordo com a solicitação do gerente, e o restante é repassado para um posto de resfriamento da empresa BR Foods na cidade de Alegrete. Durante a coleta do leite nas propriedades o motorista do caminhão realiza a análise de acidez no leite com o objetivo e evitar a entrada de leite de baixa qualidade na agroindústria, faz também o levantamento da necessidade de ração por parte dos produtores, repassando para o gerente que encaminhará o pedido para empresa fornecedora.

A comercialização do leite pasteurizado pela agroindústria é realizada no mercado local, através de um distribuidor terceirizado que intermedia os pedidos do varejo recebendo o produto a um custo de R\$ 1,00 e comercializa a R\$ 1,20, sendo que uma pequena parte é

entregue diretamente a um restaurante da cidade, ao hospital de Caridade, neste caso a quantia entregue é em troca do fornecimento de água. Dentro do processo de comercialização do leite existe uma atividade de comercialização da cooperativa que apesar de não ser diretamente relacionada com o leite pasteurizado tem ligação por beneficiar os produtores, que é a intermediação da venda de ração para o gado de leite, proporcionando melhor preço ao produtor já que é adquirida em maior quantidade. (Relatório de Estágio Supervisionado II, 2011)

Através dos dados acima se buscou explicar como é feita a comercialização do leite na propriedade e a importância dos órgãos públicos no auxílio aos pequenos produtores bem como da organização dos mesmos em cooperativas facilitando a aquisição de insumos para manter a criação por preços menores e a comercialização dos produtos, principalmente nas pequenas propriedades.

4.1.2 Propriedade N° 2

Esta propriedade apresenta como principal atividade produtiva o cultivo do arroz. Para o cultivo da lavoura de arroz era utilizado somente um trator da propriedade e na maioria das vezes era necessário terceirizar os serviços de plantação com o aluguel de outro trator da Secretaria da Agricultura Municipal ou de particulares. Antes da aquisição do PRONAF Mais Alimentos as família plantava uma área de 22 hectares de arroz colhendo uma quantidade de 2.800 sacos, que foram vendidos a R\$ 23,00 o preço unitário do saco de arroz nessa safra o que gerava uma renda de R\$ 64.400,00, conforme pode ser observado na tabela 10 abaixo.

Com a aquisição de mais um trator, através do PRONAF Mais Alimentos, o agricultor passou a plantar uma área de 30 hectares, promovendo assim um aumento nas entradas monetárias que passou de R\$ 64.400,00 para R\$ 87.400,00 proporcionando uma diferença de R\$ 23.000,00 ao ano (ver tabela 10).

Tabela 10: Entradas monetárias antes e depois de acessar o PRONAF Mais Alimentos propriedade N° 2

Antes de acessar o PRONAF Mais Alimentos			
Produtos comercializados	Quantidade colhida	Valor unitário R\$	Valor total
Arroz (22 hectares)	2.800 sacos	23,00	64.400,00

Entrada monetária total			64.400,00
Depois de acessar o PRONAF Mais Alimentos			
Produtos comercializados	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total
Arroz (30 hectares)	3.800 sacos	23,00	87.400,00
Entrada monetária total			87.400,00

Fonte: dados da pesquisa, 2011

Porém deve-se lembrar que ocorreu um aumento das despesas referente à manutenção de mais uma máquina e com o investimento em maior quantidade de sementes. É importante ressaltar que essa despesa não foi calculada pela deficiência de informações fornecidas pelo entrevistado. Mesmo assim, conforme relato do agricultor a aquisição do trator permitiu que facilitasse o processo produtivo, pois antes possuía apenas um trator e necessitava em certas ocasiões terceirizar o serviço, portanto a despesa foi pouco significativa diante do lucro obtido. Em relação a esse assunto o agricultor falou:

Tive que fazer um esforço e adquirir um novo trator para trabalhar melhor. É um investimento caro, de R\$ 75.000,00 mais o prazo é bom para pagar. Consegui três anos de carência e tenho dez anos para pagar. Sem o maquinário fica difícil trabalhar, o pior de tudo é o tempo, temos que agendar e esperar e o clima não depende de nós. (agricultor entrevistado)

4.1.3 Propriedade N° 3

Esta propriedade também trabalha com o cultivo de arroz e o agricultor adquiriu um trator por meio do programa. Antes de ter acesso ao PRONAF Mais Alimentos o agricultor necessitava terceirizar o maquinário para plantar a lavoura, tendo uma despesa de R\$ 50,00 por hectare. Conforme relatado na tabela nº 11 o total de entradas monetárias alcançava R\$ 34.500,00.

Tabela 11: Entradas monetárias antes de acessar o PRONAF Mais Alimentos - propriedade N° 3 (safra 2008/2009)

Antes de acessar o PRONAF Mais Alimentos			
Produtos comercializados	Quantidade	Valor unitário/saco R\$	Valor total
Arroz (10 hectares)	1.500 sacos	23,00	34.500,00
Entrada monetária total			34.500,00

Fonte: dados da pesquisa, 2011

Com aquisição do trator, através do PRONAF Mais Alimentos, o agricultor além de diminuir os custos na lavoura (aluguel de maquinário), teve a oportunidade de realizar serviços de pastagens para terceiros, possibilitando um aumento de entradas monetárias conforme pode ser identificado na tabela nº 12.

Tabela 12: Entradas monetárias após acessar o PRONAF Mais Alimentos - propriedade Nº 3 (safra 2009/2010)

Depois de acessar o PRONAF Mais Alimentos			
Produtos comercializados	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total
Arroz (10 hectares)	1.500 sacos	23,00	34.500,00
Trabalho p/terceiros	50 hectares	50,00	2.500,00
Entrada monetária total			37.000,00

Fonte: dados da pesquisa, 2011

4.1.4 Propriedade nº 4

O sistema de produção desta propriedade é formado pela bovinocultura de corte, sendo que alimentação dos animais é complementada com pastagens (azevém, sorgo, aveia, milho), pois somente com o pasto nativo não haveria condições de aumentar o número de animais pela quantidade de hectares da propriedade (112 hectares), segundo o proprietário. Para a realização desta atividade o agricultor informou que antes de acessar o PRONAF Mais Alimentos tinha que alugar máquinas para plantar as pastagens. Perguntou-se para o agricultor:

a) Quais atividades eram realizadas na UPA antes do acesso ao PRONAF Mais Alimentos? Sua resposta foi: “pecuária de corte e pastagens de aveia, azevém, milho para a alimentação dos terneiros (trituro o milho e dou para os animais), sorgo forrageiro e milho no verão.” (agricultor entrevistado, 2011)

b) Quais atividades são realizadas atualmente na UPA? Por quê? Sua resposta foi: “continua a pecuária de corte e o plantio de pastagens, por tradição familiar.” (agricultor entrevistado, 2011).

c) De que forma o senhor acha que os recursos do PRONAF Mais Alimentos o ajudaram a manter a família e a propriedade?

”através da comercialização dos animais, engordo bois e vendo. Desse jeito pretendo ir pagando as prestações do trator que financiei no banco. Não é muito fácil até pagar todo o trator, mais fico com uma máquina em casa. Se tudo der certo consigo pagar porque com as pastagens engordo os bois e vendo, não preciso vender pequenos, dessa maneira ganho mais em peso e o animal vale mais.” (agricultor entrevistado, 2011)

Com o recurso do programa mais alimentos o agricultor entrevistado adquiriu um trator. Durante a entrevista o pecuarista familiar relatou o seguinte: “Antes eu precisava pagar todo o serviço para plantar as pastagens, porque se não planto, meus animais morrem de fome. Agora com o trator eu mesmo faço o trabalho e gasto bem menos.” (entrevista agricultor n°4)

A aquisição do trator não trouxe acréscimo nas entradas das monetárias, porém houve uma significativa redução nas despesas na propriedade com o aluguel de máquinas e principalmente facilitou o trabalho da família. Cabe aqui salientar que a carência para o pagamento da máquina é de até três anos e o prazo para pagamento é de dez anos o que torna viável esse investimento, segundo o agricultor familiar entrevistado.

4.1.5 Propriedade N° 5

A atividade agrícola principal é a pecuária de corte. A propriedade contava com 70 vacas de cria, sendo que com os recursos do PRONAF Mais Alimentos foram adquiridas mais 40 vacas de cria. A área total da propriedade é de 111 hectares, sendo que a renda é baseada na venda de terneiros. Segundo o proprietário as fêmeas não são vendidas, permanecem na propriedade para aumentar a produção. Na safra de 2008/2009 nasceu 49 animais no total (7 fêmeas e 42 machos) o que corresponde uma produtividade de 70% nesta propriedade, conforme relatou o proprietário. Foram vendidos os 42 machos no valor unitário de R\$ 420,00 totalizando R\$ 17.640,00 de entradas monetárias nessa safra como mostra a tabela abaixo (página 50 e 51). Com o PRONAF Mais Alimentos o total de vacas de cria na propriedade passou para 110. Na safra de 2009/ 2010 nasceram 77 animais sendo destes 69 machos e 8 fêmeas, segundo o produtor, representando um índice baixo de produtividade. Foram vendidos como mostra a tabela abaixo 69 terneiros no Valor de R\$ 420,00 a unidade, totalizando R\$ 28.980,00.

Tabela 13: Entradas monetárias antes e depois de acessar o PRONAF Mais Alimentos- propriedade N° 5

Antes de acessar o PRONAF Mais Alimentos			
Produtos comercializados	Quantidade	Valor unitário	Valor total

		R\$	
Terneiros	42	420,00	17.640,00
Entrada monetária total			17.640,00
Depois de acessar o PRONAF Mais Alimentos			
Produtos comercializados	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total
Terneiros	69	420,00	28.980,00
Entrada monetária total			28.980,00

Fonte: dados da pesquisa, 2011

Com relação aos resultados, houve um aumento das entradas monetárias na propriedade, conforme evidenciado na tabela 13. Mesmo havendo um aumento de entradas monetárias na propriedade a partir dos dados fornecidos pelo produtor é possível constatar o baixo nível de produtividade existente na propriedade, ao redor de 70% quando o ideal seria acima de 85%, segundo a EMATER de Quaraí.

Nesta propriedade, como na maioria das propriedades familiares não é comum a prática de inseminação artificial, geralmente criam touro no rebanho como é o caso desta estudada. Com isso, podemos constatar que somente os recursos para a aquisição de equipamentos e animais disponibilizados pelo PRONAF Mais Alimentos auxiliam em parte o desenvolvimento rural da região mais não resolvem os problemas das pequenas propriedades, pois há muito mais a fazer pelos agricultores familiares como cursos de manejo e orientação para um aumento da produtividade. Esta propriedade provavelmente tenha baixa produtividade pela falta de alimentos para o gado o que dificulta o cio dos animais e falta de prática adequada de manejo.

O agricultor adquiriu ainda por meio do PRONAF Mais Alimentos um poço artesiano. Este investimento permitiu uma melhoria nas condições de vida da família, pois conforme relato do agricultor, quando havia períodos de estiagem não tinha água para o consumo da família e nem para os animais. Quando perguntado o que ele fazia para resolver esse problema o mesmo falou:

Muitas vezes, principalmente durante o verão secava todas as cacimbas daqui e dos vizinhos, eu tinha que mandar a mulher e as crianças para casa de parentes na cidade. Não tinha água para nada: beber, cozinhar, lavar roupa. Eu sozinho me viro, mas com as crianças é bem difícil. Os animais, uns morrem. Um vizinho que tinha um pouco de água num açude me ofereceu para levar os animais, às vezes levava mais ele também tinha pouca água. Era bem difícil a minha situação, agora melhorou bastante. (agricultor familiar nº 5)

Conforme os dados da pesquisa 2011 acima descritos houve um aumento de entradas monetárias em quase todas as propriedades, aquisição de novos equipamentos para impulsionar a produção de alimentos após o acesso ao PRONAF Mais Alimentos favorecendo o Desenvolvimento Rural da região.

4.2 DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES DE QUARAÍ QUE ACESSAM O PRONAF MAIS ALIMENTOS E O DESENVOLVIMENTO RURAL

Esta seção tem como objetivo analisar as dificuldades que os agricultores familiares enfrentam em relação a sua atividade produtiva e também ao acesso ao PRONAF Mais Alimentos na busca do Desenvolvimento Rural da sua região. Através das entrevistas realizadas com os agricultores e pecuaristas familiares identificaram-se as principais dificuldades encontradas pelos mesmos no desenvolvimento de suas atividades e em relação o acesso ao PRONAF Mais Alimentos no município de Quaraí considerando que Desenvolvimento Rural é um termo que consiste no desenvolvimento com sustentabilidade, englobando o sistema de produção que não visa somente o aumento da área e do cultivo, mas também a preservação dos recursos naturais do meio ambiente. O mesmo envolve ainda a qualidade de vida da população rural, na qual renda, educação, expectativa de vida dentre outros fatores encontram-se envolvidos (Pólo de Itaqui- Glossário Derad 9). As dificuldades identificadas foram analisadas com base nas respostas dos agricultores do seguinte modo:

1) Dificuldade no acesso ao crédito (burocracia):

A totalidade dos agricultores entrevistados, ou seja, 100% consideraram a burocracia para arrumar os papéis no sentido de provar a posse da terra uma grande dificuldade, pois um grande número de agricultores não são proprietários da terra, principalmente os mais jovens que querem permanecer no campo. Abaixo o relato de um agricultor referente à burocracia para os filhos terem acesso ao PRONAF:

Para que os mais jovens permaneçam no campo é preciso que eles tenham condições de viverem e construïrem uma família. Para isso seus pais têm que fazer uma carta de cedência da terra para seus filhos no tabelionato para que eles consigam o crédito e permaneçam na propriedade e com isso tenham acesso ao PRONAF (agricultor familiar B entrevistado/ 2011).

Em relação à burocracia o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais mencionou como dificuldade encontrada os critérios exigidos para o agricultor se enquadrar em determinada linha, segundo ele deveria existir menor burocratização para o acesso ao crédito. Muitos agricultores desistem de acessar o PRONAF. Outra questão é na parte dos orizicultores do município que a maioria não se enquadra no PRONAF Mais Alimentos para a compra de tratores, ou máquinas agrícolas.

2) Dificuldade com a comercialização dos produtos oriundos de sua atividade no mercado local.

Os agricultores de pequenas chácaras (abóbora, melão, melancia, milho, mandioca, batata-doce,...) enfrentam dificuldades na comercialização de seus produtos, pois os preços dos produtos baixam muito na época da colheita e não tem um canal de comercialização.

Através das entrevistas com os agricultores percebeu-se que a maioria dos “pronafianos” além de viverem da pecuária planta pequenas chácaras utilizando os recursos tecnológicos adquiridos através do PRONAF (tratores) com isto, buscando na diversificação de suas atividades alternativas de se manterem no campo e aumentarem a renda.

Conforme esse assunto os professores Carlos Mielitz e Lenivaldo Melo (2009) apontam que a concorrência que se tem no mercado somado aos diversos níveis de adoção de tecnologias, os agricultores familiares podem se manter a margem do desenvolvimento econômico e social, necessitando de apoio do estado, através de crédito, assistência técnica, além da criação de outras políticas públicas.

Ainda conforme a inserção no mercado, principalmente dos pequenos produtores, aqueles que mais necessitam de um olhar especial dos governantes, Portugal (2004) tem um pensamento semelhante ao dos professores Mielitz e Melo (2009) quando se trata da importância das políticas públicas, como o caso do PRONAF Mais Alimentos, para essa parcela de agricultores. Portugal (2004, p. 1) diz:

A inserção no mercado ou no processo de desenvolvimento depende de tecnologia e condições político-institucionais, representadas pelo acesso a créditos, informações organizadas, canais de comercialização, transporte e energia.

Nesse sentido vê-se a necessidade do PRONAF Mais Alimentos na ampliação do nível tecnológico dos produtores rurais familiares que produzem alimentos e de maior participação desses atores sociais envolvidos no processo, dentro de seu contexto e atuando nos sindicatos, cooperativas, buscando integração dos aspectos socioculturais, econômicos, políticos e

ambientais para que ocorra o verdadeiro desenvolvimento. Nesse sentido o agricultor entrevistado C, mencionou o seguinte:

Nós aqui nos unimos para vender os animais, juntamos vários produtores e fizemos um caminhão de carneiros, cordeiros. A Prefeitura podia nos ajudar nesse sentido. Para os produtores de leite a produção é pega pelo caminhão da Elegê ou vendem para a cooperativa de leite. Nós temos que nos virar. (agricultor familiar C/ entrevista 2011)

3) Dificuldade para manutenção dos animais (preços dos insumos para criação de bovinos de corte):

A maioria dos entrevistados relatou que o grande entrave para a sua atividade é os preços dos produtos (insumos, vacinas, entre outros) para a manutenção da criação. Nas palavras de um agricultor sobre essa dificuldade foi mencionado o seguinte:

A mais ou menos 3 anos atrás uma bolsa de sal de 30 kg custava R\$ 8,00 e o preço do boi R\$ 2,00 o kg. Atualmente a bolsa de sal de 30kg custa mais ou menos R\$ 25,00 e o preço do boi subiu R\$ 0,40. Isso quer dizer que o sal subiu 200% e o boi somente R\$0,40. Eu para driblar isso busco diversificar. Esse ano está bom para a venda de carneiros (adquiri através do PRONAF Mais Alimentos), vendo carneiros. Caso contrário troco a maneira de trabalhar. Quando vejo que estou perdendo “mudo tudo”, sempre estou atento ao mercado. Muitas vezes um carneiro fica 3 anos no campo e o gasto que temos com ele não compensa quando vamos vender. Um carneiro de 1 ano esse ano pagaram R\$420,00; de 2 anos R\$ 650,00 e de 3 anos R\$ 750,00. E os produtos que gastamos para manter ele no campo? Quando vendemos vemos que a cada ano o lucro diminui. (agricultor familiar A entrevistado/2011)

Para compreender- se melhor essa situação destacamos que os agricultores familiares não dispõem de áreas de terras suficientes para a prática da engorda dos animais o que seria o ideal, por isso têm essa dificuldade.

Nesta situação fica evidenciado que os preços dos insumos fazem com que os produtores adotem medidas para diminuir os custos buscando a diversificação de suas atividades. Neste contexto é de grande importância o PRONAF Mais Alimentos, pois possibilita que o produtor tenha capital de giro para poder diversificar, manter-se e reproduzir-se socialmente como produtor rural. Sem políticas públicas voltadas para os agricultores familiares seria impossível sua existência e como consequência ocasionaria o êxodo rural.

4) Dificuldade com o manejo da criação:

Essa dificuldade foi citada nas entrevistas com os agricultores como bastante relevante, pois segundo eles há alguns anos atrás não existia atendimento mais efetivo das entidades públicas junto aos agricultores familiares (EMATER, Prefeitura Municipal,

Sindicato dos Trabalhadores). Hoje, existe. A dificuldade aqui mencionada trata-se da observação do clima, de técnicas de manejo com o rebanho e plantação. A não observância desses fatores acarretava um desperdício de trabalho, baixa produção, entre outros. Após vários cursinhos dados aos agricultores, principalmente os que acessaram o Pronaf Mais Alimentos e vizinhos, a produtividade e organização das unidades de produção agrícolas cresceram bastante. Um agricultor falou o seguinte:

Fizemos um pouco de tudo: compramos ovelhas, gado, através do PRONAF. Criamos ovelhas, gado de corte, plantamos chácaras, vendemos os produtos. Nos deram muitos cursos, que nos ajudaram muito, principalmente com o manejo de bovinos e ovinos, antes morriam tudo de frio e fome. Através do PRONAF também construímos galpões para as ovelhas com cria ficarem quando está chovendo e muito frio. Agora já escolhemos as raças mais adequadas ao nosso campo, aumentamos o índice de natalidade de terneiros e cordeiros. Tudo, tudo foi o pessoal do sindicato, EMATER e Prefeitura que nos ensinaram. Agora produzimos mais de 90%, antes somente 47% dos animais nascidos sobreviviam. (agricultor familiar D/2011)

5) Dificuldades em relação ao clima:

No município de Quaraí/RS as temperaturas no verão podem chegar facilmente a 40° C e no inverno são bem baixas, com grande ocorrência de temperaturas negativas e de geadas que assim como as altas temperaturas e a seca no verão prejudicam muito a produção agrícola e pecuária.

Em relação à disponibilidade hídrica, esta varia de acordo com a profundidade dos solos e da ocorrência de chuvas, normalmente nos meses de verão são constatados os maiores déficits obrigando muitas famílias de agricultores a migrarem para cidade, pois não têm água nem para beber. A vegetação predominante são os campos com gramíneas de baixo porte e matas de galerias. É uma vegetação adequada ao desenvolvimento do rebanho, mas que necessita de investimentos dos proprietários em pastagens artificiais de inverno e verão para viabilizar a produção, pois com o clima de inverno rigoroso e chuvas muito frias há necessidade de altos índices de proteínas para o rebanho, que enfrenta ainda altas temperaturas e grandes secas no verão. Estas características pouco se alteraram ao longo dos últimos anos, tendo como principal alteração a introdução da cultura do arroz e a construção de açudes; além do plantio de pastagens cultivadas na maioria das propriedades rurais. O município apresenta uma área de 219.702 hectares de pastagens naturais e 10.900 hectares de pastagens cultivadas, segundo dados do IBGE 2006.

Como mencionado acima, muito agricultores familiares para sanar essas dificuldades investem nas pastagens cultivadas, nesse ponto vamos destacar a importância do PRONAF

Mais Alimentos com o financiamento de tratores e também de poços artesianos possibilitando a permanência do homem no campo.

6) Dificuldade de Comunicações:

Segundo um agricultor entrevistado uma das grandes dificuldades enfrentadas por eles é em relação à comunicação na zona rural onde o sinal de celular não atinge a maioria das propriedades dificultando muitas vezes o acerto nas negociações entre produtor e comprador.

7) Dificuldade na entrega do produto:

Um agricultor entrevistado relatou que tinha sido a 1ª vez que tinha acessado o PRONAF Mais Alimentos para comprar um trator e a maior dificuldade encontrada foi à demora na entrega do mesmo.

Vimos até aqui as maiores dificuldades expressas através das falas dos agricultores familiares que acessam o PRONAF Mais Alimentos em Quaraí. Logo abaixo serão analisadas as respostas dos agricultores as diversas questões que foram realizadas para este trabalho com a finalidade de atingir os objetivos do presente estudo.

Segundo os agricultores entrevistados eles não têm dificuldades em pagar empréstimos, pagam em dia. Segundo a agência do Banco do Brasil o crédito do PRONAF teve bastante inadimplência em anos anteriores chegando a 2% o que acarretou o corte do crédito no município. Este não é o caso do PRONAF Mais Alimentos, pois o mesmo foi implantado em 2008 e acessado no município em 2009. Os principais casos de inadimplência ocorrem devido a não utilização correta dos recursos, principalmente no caso da pecuária com a troca de notas (má-fé do agricultor), a alguns problemas climáticos, 90% dos agricultores entrevistados acessaram o PRONAF Mais Alimentos uma vez e se dizem conhecedores das regras de acesso ao mesmo. Os principais motivos que os levaram acessar o crédito foi os seguintes: comprar máquinas baratas (o Governo Federal fez uma parceria com o setor privado para que os agricultores familiares comprem tratores e motocultivadores com desconto de até 17,5% e de até 15% para máquinas e para implementos), adquirir recursos para investir na pecuária (capital de giro), adquirir instalações para investir na leiteira, o juro ser 2% a.a e o prazo de pagamento. Alguns dos entrevistados têm interesse em melhorar a genética do rebanho e aprimorar as pastagens.

A cada ano muitos jovens quaraíenses migram para a Região Norte do Estado à procura de empregos, pois tanto no campo como na cidade eles não encontram oportunidades. Então fizemos as seguintes perguntas:

a) O que deveria ser feito, em sua opinião, para manter os jovens no meio rural? Segundo os entrevistados para manter os jovens no campo é necessário:- continuar dando condições de trabalho para os mesmos como o PRONAF; - valorizar os produtos primários; - incentivar a agricultura.

b) O senhor vê perspectivas para seus filhos continuarem sendo agricultores?

- A maioria dos agricultores disse que sim. Ainda conforme essa questão um entrevistado mencionou o seguinte:

Com a ajuda do Governo sim, agora temos mais facilidades: eu tenho tudo em casa, até máquina de serrar carne, antes não tinha nada. Depois da “Luz para Todos” melhorou bastante e com o PRONAF ficou fácil de adquirir equipamentos e animais para trabalhar, pois os juros são baixos. A EMATER nos ajuda bastante, apesar de que agora os cursos estão um pouco parados. Meus filhos vão à Escola João Tubino, com a combi da Prefeitura. (agricultor familiar entrevistado/2011)

c) Existe algum membro da família que teve que abandonar a UPA? 100% dos entrevistados disseram que não.

d) De que maneira, em sua opinião, o programa PRONAF Mais Alimentos tem gerado renda? As respostas foram às seguintes: “-no cultivo de grãos, na plantação de pastagens; - para manter as atividades na propriedade; - antes era terceirizada a plantação, agora faço trabalho para os outros.”

e) O senhor acha que o PRONAF dá mais resultados para os agricultores que estão em melhores condições? A maioria dos entrevistados disse que sim, segundo eles esses ficam com o lucro.

Através dos relatos dos agricultores percebeu-se a importância não só do PRONAF Mais Alimentos no município de Quaraí mais das políticas públicas articuladas na busca do Desenvolvimento Rural e pensando nisso nos baseamos no texto de Schneider (2004) que cita como condição para se abordar o desenvolvimento rural, que ocorra a análise da diversidade de caminhos que engloba o processo de desenvolvimento e as raízes sociais, culturais e econômicas, estas podem explicar a diversidade, auxiliando na compreensão da gestão de territórios, que é de suma importância para o desenvolvimento local.

Nesse sentido é necessário analisar as Políticas Públicas, no caso o PRONAF Mais Alimentos não isoladamente mais dentro de um contexto amplo, contínuo, com a visão de todo o território onde sejam considerados todos os elementos e sejam sanadas várias dificuldades do homem do campo e não somente a que busca o acesso a inovações tecnológicas, não com isto querendo dizer que não seja importante para o desenvolvimento rural da região mais que vá muito além, considerando os aspectos abaixo. Os elementos essenciais que devem ser considerados atualmente para o desenvolvimento rural são:

1) Aberturas de mercados, aceleração das trocas comerciais e intensificação da competitividade com grandes cadeias agroalimentares que monopolizam a produção e o comércio atacadista global.

Para haver competitividade em nossos produtos deve melhorar a quantidade e principalmente a qualidade do produto ofertado aos consumidores.

2) Aprofundamento do processo tecnológico. Apesar de existir no mercado grande quantidade de informações tecnológicas para acessá-las são necessários recursos financeiros e conseqüentemente políticas públicas para este fim, além de conhecimentos. “O mais importante para o desenvolvimento territorial consiste na mudança do ambiente educacional existente no meio rural dissociando o trabalho do conhecimento.” (Abramovay, 2000).

Muitos filhos de agricultores quaraíenses que fazem cursos ligados a área rural (Técnico em Agropecuária, Veterinária, Agronomia,...) não voltam para trabalharem em suas propriedades ficando na propriedade somente aquele filho que não tem aptidão para o estudo.

3) Espaço para parcerias e à participação da sociedade: o modelo de Desenvolvimento Rural deve ser repensado, ou seja, ser reorientado as formas da intervenção do Estado e as políticas públicas. Cada vez mais o governo tem incentivado a agricultura familiar e as agroindústrias locais disponibilizando linhas de crédito como o PRONAF e outras. (EMATER, 2011).

4) Dimensão ambiental e sustentabilidade do uso dos recursos naturais passa a ser vista como fator de competitividade, estimula e ampliação do consumo.

O “mundo rural” para desenvolver-se deve levar em conta a sustentabilidade e a problemática ambiental com enfoque do local e territorial, das atividades rurais não agrícolas, das inter-relações rural urbano, entre outras. Esse aspecto não foi considerado nos anos 80 com a chamada Revolução Verde onde tinha quantidade grande de alimentos, alta tecnologia com usos de insumos e fertilizantes a custo do meio ambiente degradado onde os pobres rurais serviam como mão- de- obra barata.

5) Pré- requisitos para obtenção e acesso a investimentos. A formação em associações e Cooperativas facilita muito o acesso a investimentos, entretanto no município de Quaraí existe uma enorme dificuldade de formarem- se cooperativas e associações.

O desenvolvimento rural deve ser compreendido como território. Somente quando o meio rural for considerado com grande potencialidade, diversidade de atividades e mercados potenciais, com especificidades que devem ser preservadas levando em conta a sustentabilidade socioambiental local, econômica e cultural esse espaço seja fortalecido.

As populações que vivem nas áreas rurais devem se sentir necessárias na promoção do crescimento da área urbana com a demanda de novos produtos e serviços deve para isso estarem aliadas ao conhecimento buscando uma integração urbana- rural com a finalidade de buscar soluções para sanar as dificuldades encontradas em suas atividades e com isto tendo um desenvolvimento rural efetivo através de políticas públicas que atendam suas necessidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Somente a partir dos anos 90 o Estado brasileiro desenvolveu programas e políticas públicas diferenciadas e específicas para o atendimento da agricultura familiar após o reconhecimento da mesma como categoria social e da sua importância no desenvolvimento do País. Devido a sua grande importância, representando à maioria dos produtores rurais no Brasil, a agricultura familiar mais do que nunca precisa de uma política pública mais efetiva do Governo para promover o seu desenvolvimento rural sustentável (ambiental, social, econômico). O PRONAF Mais Alimentos, criado em 2008, veio justamente para auxiliar o desenvolvimento dos agricultores familiares. Ao longo deste trabalho investigou-se o PRONAF Mais Alimentos no município de Quaraí /RS, buscou-se verificar como os agricultores familiares utilizam os recursos disponibilizados pelo PRONAF em suas unidades de produção, conhecer as dificuldades enfrentadas por eles tanto no acesso ao crédito como no desenvolvimento de suas atividades e se após acessarem o programa obtiveram aumento em suas unidades monetárias. Para isso realizou-se entrevistas no Banco do Brasil, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, EMATER e com agricultores que acessam essa linha de crédito além de utilizar dados secundários.

A problemática da pesquisa era verificar se o PRONAF Mais Alimentos está auxiliando na reprodução social e material dos agricultores familiares que aderiram ao programa, à resposta para essa pergunta é que sim, O PRONAF Mais Alimentos auxilia muitas famílias a continuarem sendo agricultoras e permanecerem na zona rural. Constatou-se que o PRONAF Mais Alimentos é de suma importância para os agricultores familiares do município, mesmo assim, ele somente, não é suficiente para o Desenvolvimento Rural da região, pois há necessidade de complemento com outras políticas públicas que ajudem o homem do campo. Essas políticas para a agricultura familiar devem englobar políticas de mercado, políticas estruturais e ações de apoio as políticas sociais.

Quanto à utilização dos recursos do PRONAF Mais Alimentos no município de Quaraí foi verificado que a maioria dos agricultores familiares usou os recursos disponibilizados pelo programa para aquisição de gado de corte e pecuária leiteira além de aquisição de novos equipamentos como resfriadores de leite, ordenhadeiras e máquinas (principalmente tratores). Foram adquiridas no município, através do PRONAF Mais Alimentos, entre os anos 2009 e junho de 2011, um total de 99 cabeças de gado de leite, 1.213 cabeças de gado de corte e 140 cabeças de ovinos. A aquisição da pecuária leiteira e equipamentos para a implantação de

leiterias no município representam uma forma de diversificação de atividades pelos agricultores familiares na busca de uma renda mensal para suas despesas, reprodução social e material de suas famílias. Essa prática é recente no município e é incentivada pelos órgãos públicos como EMATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Prefeitura Municipal. Quanto a aquisição de máquinas verificamos que foram adquiridos somente 5 tratores pelos agricultores familiares para a prática de pastagens para os animais e em menor escala para plantação de lavouras de arroz. A aquisição dos tratores facilitou a forma de trabalho desses agricultores possibilitando que os mesmos realizem o trabalho que anteriormente tinham que depender da Secretaria de Agricultura do Município. Segundo os agricultores familiares entrevistados a grande maioria dos orizicultores do município não se enquadra no PRONAF Mais Alimentos. A aquisição da grande quantidade de animais de corte pelo programa no município de Quaraí representa uma reafirmação da cultura local predominantemente pastoril e ligada à tradição de grandes fazendas de gado de corte na região. Além de fortalecer os agricultores familiares representa um aumento também no PIB do município já que o setor agropecuário contribui com 36,13% perdendo somente para o comércio e serviços.

Constatou-se que após acessarem o PRONAF Mais Alimentos os agricultores tiveram aumento das entradas monetárias em suas unidades de produção mas somente a compra de máquinas , equipamentos e animais ameniza a situação mas não resolve os problemas para as propriedades familiares , pois há muito mais a fazer para um efetivo desenvolvimento rural como cursos de orientação , gestão da propriedade, manejo reprodutivo entre outros , pois como verificamos em algumas propriedades existe uma baixa produtividade causada provavelmente pela falta de manejo adequada com os animais ou falta de alimentos.

Através da pesquisa identificou-se também algumas dificuldades vivenciadas pelos agricultores tanto na aquisição do crédito como no desenvolvimento de suas atividades sendo que as principais foram: dificuldade de acesso ao crédito (burocracia), dificuldade com o manejo, em relação ao clima, entre outras.

Alguns elementos que podem contribuir com o PRONAF Mais Alimentos para o Desenvolvimento Rural no município de Quaraí são: aprofundamento do processo tecnológico, espaço para parcerias e participação da sociedade na formulação das políticas , políticas de conscientização sobre conservação ambiental e sustentabilidade e políticas locais para incentivar o trabalho associativo e cooperativo que facilitam o acesso ao crédito.

Por fim, o PRONAF Mais Alimentos está se constituindo num alicerce das políticas públicas voltadas para o a agricultura familiar, visando uma estratégia de inclusão produtiva, responsabilidade social, econômica, ambiental e melhoria das condições de vida dos

agricultores familiares, mas há muito ainda a ser feito no âmbito das políticas públicas para o desenvolvimento rural da região para sanar as dificuldades dos agricultores familiares considerando o desenvolvimento rural como território e não isoladamente.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. . Material de apoio disponibilizado para a disciplina derad 26, Seminário Integrador III. Curso PLAGEDER. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course.php?Id=12037>. Acesso em: 20 junho 2011.

ALEIXO, Carlos E. M. et al. **Impactos do PRONAF nos indicadores de qualidade de vida de seus beneficiados no assentamento Santana - CE**. Disponível em: http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/171.pdf>. Acesso em: 07 maio 2011

ALMEIDA, Jalcione. **O Enfoque Sistêmico e a Interpretação dos Processos Sociais Rurais: Usos “Redutores” de um Pretenso Paradigma “Holístico”**. Artigo publicado na revista Redes, vol. 8, n.1, jan.-abr. 2003. Disponível em: http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/4218/Almeida_2003.pdf. Acesso em: 20 jul. 2011

BANCO DO BRASIL. Agência Quaraí, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. SEBRAE. **Cartilha de Acesso ao PRONAF**. Brasília, DF, 2010/2011. Disponível em: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/\\$File/NT00044052.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/$File/NT00044052.pdf). Acesso em: 5 março de 2011

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Relatório de Gestão**. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/arquivos/view/presta-o-de-contas/Relat_2008_SAF.pdf Acesso: 22 junho 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **AGRICULTURA FAMILIAR. 2ª PARTE** s/d, p.39. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/1184712943.pdf> Acesso: 15 março 2011

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Agricultura Familiar**. Cap. 7,(s/d) p.80-128. Disponível em: http://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro2/2.2_Agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 17 março 2011

CONTI, et all. CONTI, I.L; PIES, M; CECCONELLO,R. (Orgs).**Agricultura familiar: caminhos e transições**. Passo Fundo: Editora IFIBE, 2006. (Coleção Práxis; 5) 245p.

DENARDI, Reni Antonio. (Coord.) **Tecendo a Rede: políticas públicas e participação social. Pronaf: caderno de capacitação nº 3.** Brasília: MDA/SAF/PRONAF, 2002.

EMATER/RS- Escritório Municipal de Quaraí. **PRONAF Mais Alimentos**, 2011.

EMATER /RS. **PRONAF/ crédito rural.** Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/area/pronaf.php> Acesso em: 20 maio 2011.

EMBRAPA. **Gado de Corte Divulga. Silos, Silagem e ensilagem.** Disponível em: <http://www.cnpqg.embrapa.br/publicacoes/divulga/GCD02.html> Acesso em: 05 julho 2011.

FERREIRA, Cezar Henrique et al. **Políticas para a agricultura familiar.** Porto Alegre: EMATER/RS ASCAR, 2008.20p

GERHARDT, Tatiana Engel. (Org.). **Métodos de Pesquisa.** 1ª Porto Alegre: UFRGS, 2009. 114 p. Métodos de Pesquisa/ [organizado por] Tatiana Enger Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil- UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica- Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS.

GONZÁLEZ, Maria Gabriela. **Linha do tempo da agricultura brasileira.** Material de apoio disponibilizado para a disciplina derad 10. Estado e Políticas Públicas. Disponível em: http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/8098/IICA_Linha_Tempo_agricultura_brasileira.pdf . Acesso em: 24 março 2011

GUANZIROLI, Carlos E. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural.** Revista de Economia e Sociologia Rural. vol.5.nº2. (Brasília). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032007000200004&script=sci_arttext >. Acesso em: 09 maio 2011.

IBGE, Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006.** Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CA&z=t&o=11> . Acesso em: 12 abril 2011.

IBGE. **Indicadores das cidades.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: 06 abr.2011

MIELITZ, Prof. Carlos; MELO Prof. Lenivaldo. **Desenvolvimento rural e a questão agrária após a redemocratização e atualmente.** Material de apoio da disciplina derad12. Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural no Brasil. Curso PLAGEDER. Disponível em:

https://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/7895/aula_2_semana2a.pdf. Acesso em: 26 junho 2011

MENEGETTI, Gilmar Antonio. **Desenvolvimento, sustentabilidade e agricultura familiar. Material de apoio disponibilizado para disciplina derad 3.** Teorias do Desenvolvimento. Curso PLAGEDER, Disponível em: https://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/941/DESENVOLVIMENTO_SUSTENTABILIDADE_E_AGRICULTURA_FAMILIAR.htm Acessado em: 21 junho 2011.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.** Estudos Avançados, Univ. São Paulo, v. 15, n. 26, p. 83-100, 2001. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=4218> Acesso em: 13 junho 2011.

Política Nacional da ATER. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=11872> Acessado em: 09 junho 2011.

PORTUGAL, Alberto Duque. **O Desafio da Agricultura Familiar.** Artigo publicado na revista Agroanalysis, no mês de março de 2004. Disponível em: <http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/> Acesso em: 22 junho 2011

QUARAÍ, Prefeitura Municipal.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Coordenação e Planejamento e Secretaria da Ciência e Tecnologia Governo do Estado do RS. **Atlas da Arenização - Sudoeste do Rio Grande do Sul.** (2001) 1.ed. Porto Alegre, 84 p.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e Novos Direitos:** Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. Tópicos Especiais – Impactos Ambientais e Etnoecologia. Material de apoio disponibilizado para a disciplina derad 25. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=11865> Acesso em: 10 junho 2011.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF** –. Publicado em SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2011.

SCHNEIDER, Sergio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas.** Material de apoio disponibilizado para a disciplina derad 26 Seminário Integrador III. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course.php?Id=12037>. Acesso em: 20 junho 11.

SILVA, Leonardo Xavier da; SOUZA, Marcelino de; ANDREATTA, Tanice. **Estado BRASILEIRO, POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA.** Material de apoio disponibilizado para a disciplina derad 10. Disponível em: https://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/8098/capitulo_4_-_Estado_e_politicas_publicas_DERAD_10_B.pdf Acesso em: 24 março 2011.

SILVA, Leonardo Xavier da; SOUZA, Marcelino de. **Estado e Políticas Públicas: visões liberal, marxista e keynesiana do moderno Estado capitalista.** Material de apoio disponibilizado para a disciplina Derad 10. Estado e Políticas Públicas. Disponível em: http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/8098/capitulo_1_ESTADO_E_POLITICAS_PUBLICAS.pdf Acessado em: 27março 2011

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Deserto grande do sul: controvérsia.** Porto Alegre: Ed. Da Universidade/ UFRGS, 1992.

TOLEDO, Eliziário Noé Boeira. **O PRONAF em Salvador das Missões: contradições de uma política de crédito.** 2009. 190 f. Mestrado (Mestrado) - Curso de Pgdr, Departamento de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2009. Cap.1. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000726429&loc=2010&l=f555bd8e56bede49> Acesso em: 13 abril 2011.

WAGNER, Ivanir. **Relatório de Estágio Supervisionado II,** 2010. Curso PLAGEDER.

APÊNDICE A

Questionário semiestruturado.

População- alvo: agricultores familiares que aderiram ao PRONAF Mais Alimentos.

- 1 - Quantas vezes o senhor já acessou financiamentos através do PRONAF?
- 2 - Como o senhor ficou sabendo do Programa PRONAF Mais Alimentos?
- 3- O senhor conhece as normas e regras para acessar esse crédito?
- 4 - Que motivos levaram o senhor acessar o PRONAF Mais Alimentos?
- 5 - De que forma são elaborados os projetos?
- 6 - As pessoas que fazem os projetos influenciam onde aplicar os recursos?
- 7 - De que maneira o senhor procura interferir na elaboração dos projetos?
- 8 - Os recursos do PRONAF Mais alimentos são liberados em tempo ideal para introdução das lavouras ou outros tipos de produção?
- 9 - Quais atividades eram realizadas na UPA antes do acesso ao PRONAF Mais Alimentos?
- 10 - Quais atividades são realizadas atualmente na UPA? Por quê?
- 11 - O que o senhor adquiriu com os recursos do PRONAF ?
- 12 - As culturas (ou outros) que o senhor tem financiado têm proporcionado lucros? Onde pretende investir esses lucros?
- 13 - De que forma o senhor acha que os recursos do PRONAF o ajudaram a manter a família e a propriedade?

- 14 - Com os recursos o senhor tem conseguido pagar em dia as prestações do financiamento?
- 15 - O senhor acredita que os agricultores utilizam todos os recursos nos projetos que financiam?
- 16 - O senhor chegou a utilizar os recursos do PRONAF para atender outros compromissos (dívidas, casos de doença, compras de utensílios para a casa, carros, motos)?
- 17 - O senhor acha que o PRONAF dá mais resultados para os agricultores que estão em melhores condições?
- 18 - O que poderia ser melhorado no PRONAF, em sua opinião?
- 19 - O senhor recebeu alguma visita para fiscalizar a aplicação de recursos?
- 20 - O senhor vê perspectivas para os seus filhos continuarem sendo agricultores?
- 21- Existe algum membro da família que teve que abandonar a UPA?
- 22- O que deveria ser feito, em sua opinião, para manter os jovens no meio rural?
- 23 - De que maneira, em sua opinião, o programa PRONAF Mais Alimentos tem gerado renda?
- 24 - O senhor fez alguma tentativa para inovar após o acesso ao crédito, com a introdução de novas alternativas de geração de renda ou prefere continuar com as culturas tradicionais?
- 25- O senhor encontrou alguma dificuldade em acessar o crédito? Como foi sanada essa dificuldade?
- 26- O senhor utiliza com frequência os recursos do PRONAF Mais Alimentos?
- 27 - Em que instituição bancária o senhor acessou o crédito e como foi o atendimento?

APÊNDICE B

Questionário de indicadores econômicos para calcular as entradas monetárias antes e depois
do PRONAF.

Ano agrícola: 2009/2010

1- Questões fundiárias - área (ha)

Própria	arrendada	em parceria	de terceiro	para terceiro

Área total:

Valor estimado pelo agricultor do hectare da terra (R\$/ha):

Valor total:

A) Uso do solo (hectares):

A.1) Cultivos principais (integralizar na SAU)

Reflorestamento			
Pastagem nativa			
Horta			
Soja			
Milho			
Fumo			
Feijão			
Pomar			
Abóbora			
Aipim			
Cana			
Batata			
Pousio			
Pastagem permanente			

A.2) Cultivos em sucessão (não integralizar na SAU)

Aveia			
Azevém			
Adubaçãp verde			
Trigo			
Pousio			

SAU(hectares)	
Mato/florestas	
Açudes/mananciais	
Sem uso atual	
Benfeitorias	
Inaproveitável	
Superfície total	

B) Produto bruto (PB)

B.1) Produção total comercializada e estocada na UPA

Atividades	Quantidade produzida	Unidades	Preço unitário	R\$ total
Soja		Sacos		
Milho		Sacos		
Feijão		Sacos		
Fumo				
Aveia		Sacos		
Azevém		Sacos		
Laranja		Kg		
Pêssego		Kg		
Hortifrutigranjeiros		Kg		
Cana		Ton		
Batata		Kg		
Arroz		Kg		
Bovinos		Cab		
Ovinos		Cab		
Suínos		Kg		
Aves		kg		
Leite		lts		
Ovos		dz		
Queijo		kg		
Terneiros				
Vacas descarte				
Touro descarte				
PB animal comerc.				
PB vegetal comerc.				
TOTAL PB COMERCIALIZADA				

B.2) Autoconsumo da família do proprietário

Atividades	Quantidade	Unidades	Preço unitário	R\$ Total
Arroz		Sacos		
Milho		Sacos		
Feijão		Sacos		
Laranja		Kg		
Pêssego		Kg		
Batata		kg		
Bovinos der.		Cab		
Suínos e der.		Leitão		
Ovinos der.		Cab.		
Aves		Kg		
Ovos		Dz		
Leite		Lts		
Queijo		Kg		
Novilhas anos	2			
Novilhas anos	3			
PB animal autoc.				
PB vegetal autoc.				
TOTAL PB AUTOCONSUMO				

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA

População-alvo: EMATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Banco do Brasil.

- 1 – Quando começou a elaboração de projetos do Pronaf Mais alimentos em Quaraí?
- 2 – Como o PRONAF Mais Alimentos foi divulgado para os agricultores familiares?
- 9- Que critérios são estabelecidos para o acesso ao PRONAF Mais Alimentos?
- 3- Que tipos de projetos são elaborados para esse tipo de financiamento e quais os critérios adotados?
- 4- Qual o montante de recursos disponibilizado para o PRONAF Mais Alimentos para o município?
- 5- Qual o número total de agricultores familiares que poderiam acessar o PRONAF Mais Alimentos no município?
- 6- Qual o número de contratos acessados no município de Quaraí por ano e qual o montante de recursos adquiridos pelos agricultores neste crédito?
- 7 – Como a sua instituição percebe a situação dos agricultores familiares no município na atualidade e como atua junto a eles?
- 8- De que forma a sua instituição pode influenciar a aplicação dos recursos do PRONAF Mais Alimentos?
- 9– Existe algum tipo de fiscalização na aplicação dos recursos?
- 10– No município há alguma integração das políticas públicas para a agricultura familiar (federal, estadual e municipal)?

11- O que tem sido pensado de novo, junto aos agricultores familiares para melhorar sua condição de vida (cursos, palestras, reuniões, novas práticas, introdução de novos cultivos, agregação de valor, ...)?

12 – Da forma como estão sendo canalizados os recursos, o senhor acredita que os agricultores conseguirão manter-se nas propriedades e se reproduzirem socialmente?

13 – Quais as dificuldades, potencialidades e importância do PRONAF Mais Alimentos na região?

14- O que o senhor acha que pode ser melhorado nas condições de acesso ao crédito para os agricultores familiares?

15- Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos agricultores para acessar ao crédito PRONAF Mais Alimentos?

16- Que outras considerações o senhor destacaria?

APÊNDICE D

Vejamos abaixo algumas linhas e as condições de enquadramento das mesmas de acordo com a cartilha de acesso ao PRONAF 2010/2011 do MDA. Essas condições são válidas até junho de 2011.

Grupos	Enquadramento	Finalidade
A	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), público-alvo do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e os reassentados em função da construção de barragens.	Financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias.
A/C	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou público-alvo do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que já tenham contratado a primeira operação no Grupo “A”	Financiamento do custeio de atividades agropecuárias, não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção.
B (Microcrédito Rural)	Agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 6 mil	Financiamento das atividades agropecuária e não agropecuárias no estabelecimento rural ou áreas comunitárias próximas.
C	Agricultores familiares titulares de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) válida do Grupo C, emitida até 31/03/2008, que, até 30/06/2008, ainda não tinham contratado as seis operações de custeio com bônus.	Financiamento de custeio, isolado ou vinculado, até a safra de 2012/2013.
PRONAF Agricultor Familiar	Agricultores familiares com renda bruta anual acima de R\$ 6 mil e até R\$ 110 mil.	Financiamento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural, bem como o custeio agropecuário.

Quadro 4: Grupos básicos do PRONAF, enquadramentos e finalidades:

Fonte: MDA(2010)

APÊNDICE E

As condições válidas para o atual Plano de Safra (até 30 de junho de 2011) estão nos quadros, a seguir.

Grupos e Linhas(1)	Limites do crédito	Juros	Bônus de Adimplência(2)	Prazos de amortização e de carência
Grupo "A" (investimento)	Até R\$ 21,5 mil por agricultor, em, no mínimo, três operações. Estruturação complementar: até R\$ 6 mil.	0,5% ao ano (para estruturação da área a ser explorada: 1% ao ano).	44,186% (se houver assessoria empresarial e técnica) ou 40% nos demais casos, aplicado em cada parcela. (3)	Prazo de até 10 anos, incluídos até 3 anos (4) de carência.
Grupo "A/C" (custeio)	Até R\$ 5 mil por operação. Cada agricultor pode contratar, no máximo, três operações de custeio, desde que tenha contratado, pelo menos, uma operação do Grupo "A".	1,5% ao ano	Não se aplica.	Custeio agrícola: até 2 anos. Custeio pecuário e agroindústria: até 1 ano.
Grupo "B" (investimento)	Até R\$ 2 mil por operação.	0,5% ao ano.	25% aplicado em cada parcela, limitado até os primeiros R\$ 4 mil.	Prazo de até 2 anos, incluído até 1 ano de carência.
Grupo "C" (custeio)	Grupo "C" (custeio)	3% ao ano.	R\$ 200,00 por agricultor.	Custeio agrícola: prazo de até 2 anos. O prazo é de 3 anos para açafraão e palmeira real.

				Custeio pecuário e agroindústria: prazo de até 1 ano.
PRONAF Agricultura Familiar (custeio e Investimento)	Custeio/Investimento: até R\$ 50 mil.	<p>Custeio:</p> <p>Até R\$ 10 mil: 1,5% ao ano.</p> <p>De R\$ 10 mil a R\$ 20 mil: 3% ao ano.</p> <p>De R\$ 20 mil a R\$ 50 mil: 4,5% ao ano.</p> <p>Investimento:</p> <p>Até R\$ 10 mil: 1% ao ano.</p> <p>De R\$ 10 mil a R\$ 20 mil: 2% ao ano.</p> <p>De R\$ 20 mil a R\$ 50 mil – 4% ao ano</p>	Não se aplica.	<p>investimento: prazo de até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência.(4)</p> <p>Custeio agrícola: prazo de até 3 anos.</p> <p>Custeio pecuário: prazo de até 1 ano.</p>

Quadro 5: Condições operacionais dos Grupos e Linhas do PRONAF:

Fonte: MDA (2010)

Observa-se nas tabelas acima alguns números explicando as linhas do PRONAF. Esses números significam o seguinte:(1) Quanto às garantias exigidas para obter empréstimo, consulte o agente financeiro, pois há casos em que é exigida apenas a garantia pessoal do produtor; (2) O produtor somente fará jus ao bônus se pagar as parcelas do financiamento em dia; (3) Em financiamentos de projetos de estruturação complementar, não há bônus de adimplência; (4) A carência poderá chegar a até 5 anos, quando a atividade assistida requerer esse prazo e o projeto técnico comprovar essa necessidade.

ANEXO A

Mapa do Rio Grande do Sul com a localização do município de Quaraí, a área de estudo.

